

ESPAÇOS DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO-FORMAL

CASO DA PROVÍNCIA DE NAMPULA

- CIDADE DE NAMPULA
 - RIBÁUÈ
 - MOGOVOLAS
 - NACALA PORTO
 - ERÁTI

FICHA TÉCNICA:

Título: Espaços de Promoção da Cidadania na Educação Formal e Não-Formal
Editor: CEPKA – UCM
Autor: Barbosa Morais
Maquetização e Capa : Abdul Sabão
N° de Registo: 6116/RLINLD/2009
Tiragem: 1000 Exemplares
Impressão: CIEDIMA, SARL- Central Impressora e Editora de Maputo
Ano: 2009

CEPKA : Centro de Pesquisa Korand Adenauer, da Universidade Católica de Moçambique
Endereço Físico: Av. Filipe Samuel Magaia (Rua das Flores), n° 1009, Bairro Central, Cidade
Telef. (+258) 26215048 Telefax: (+258) 26215048

ÍNDICE

LISTA DE QUADROS.....	5
LISTA DE ABREVIATURAS.....	7
AGRADECIMENTOS.....	9
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	11

INTRODUÇÃO.....	17
1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	18
2. PROBLEMATIZAÇÃO.....	22
3. JUSTIFICATIVA.....	23
4. OBJECTIVOS.....	24
5. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	24
6. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	25

PARTE I

I. CIDADE DE NAMPULA.....	31
<i>I. Percepções dos Directores- Adjuntos, Técnicos da Secção Pedagógica da Educação e Cultura à Nivel Provincial e da Secção de Alfabetização e Educação de Adultos da Direcção de Educação da Cidade, Professores e Alfabetizadores.....</i>	<i>32</i>
<i>II. Estudantes do Ensino Formal.....</i>	<i>36</i>
<i>III. Educadores Não- Formais (mwalimos, catequistas católicos, Professores de Escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), Pais e Encarregados de Educação.....</i>	<i>38</i>
<i>IV. Estudantes do Ensino Não-Formal (alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escola dominical e de madraças)</i>	<i>41</i>
<i>V. Jornalistas, Músicos e Actores de Teatro.....</i>	<i>42</i>

PARTE II

II. DISTRITO DE RIBÁUÈ.....	45
<i>I. Percepções dos Docentes, Técnicos distritais de Alfabetização e Educação de Adultos e da Secção Pedagógica, Gestores de Centro Internato e de Recursos Humanos.....</i>	<i>46</i>
<i>II. Estudantes do Ensino Formal.....</i>	<i>49</i>

<i>III. Educadores Não- Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), Pais e Encarregados de Educação.....</i>	51
<i>IV. Estudantes do Ensino Não-Formal (alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escolas dominicais e de madraças).....</i>	52
<i>V. Jornalistas, Locutores e Actores de Teatro.....</i>	54

PARTE III

III. DISTRITO DE MOGOVOLAS.....	55
<i>I. Percepções dos Gestores da Secção Pedagógica do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia, da Escola Secundária, Professores e Alfabetizadores.....</i>	56
<i>II. Estudantes do Ensino Formal.....</i>	59
<i>III. Educadores Não-Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores das escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), Pais e Encarregados de Educação.....</i>	61
<i>IV. Estudantes do Ensino Não-Formal (alfabetizandos, adolescentes e Jovens já iniciados, catecúmenos, alunos da Escola dominical e de madraças)</i>	63
<i>V. Músicos e Actores de Teatro.....</i>	65

PARTE IV

DISTRITO DE NACALA PORTO.....	67
<i>I. Percepções dos chefes da Secção Pedagógica e dos Recursos Humanos dos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia, Professores e Alfabetizadores.....</i>	68
<i>II. Estudantes do Ensino Formal.....</i>	71
<i>III. Educadores Não-Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), Pais e Encarregados de Educação.....</i>	72
<i>IV. Estudantes Não-Formal (alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escola dominical e de madraças).....</i>	75
<i>V. Jornalistas, Músicos e Actores de Teatro.....</i>	76

PARTE V

V. DISTRITO DE ERÁTI.....	79
<i>I. Percepções dos Directores de Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia, Professores e Alfabetizadores.....</i>	80
<i>II. Estudantes do Ensino Formal.....</i>	83

<i>III. Educadores Não- Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), Pais e Encarregados de Educação.....</i>	84
<i>IV. Estudantes Não-Formal (alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escolas dominicais e de madraças).....</i>	87
<i>V. Jornalistas da Rádio Comunitária, Músicos e Actores de Teatro.....</i>	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
RECOMENDAÇÕES.....	97
BIBLIOGRAFIA.....	99

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1: Categoria de Entrevistados por Sexo – Cidade de Nampula.....</i>	31
<i>Quadro 2: Categoria de Entrevistados por Sexo – Ribáuè.....</i>	46
<i>Quadro 3: Categoria de Entrevistados por Sexo – Mogovolas.....</i>	55
<i>Quadro 4: Categoria de Entrevistados por Sexo –Nacala Porto.....</i>	67
<i>Quadro 5: Categoria de Entrevistados por Sexo – Eráti.....</i>	79

LISTA DE ABREVIATURAS

CEPKA – Centro de Pesquisa Konrad Adenauer

EP1 – *Ensino Primário do Primeiro Grau*

EP2 – *Ensino Primário do Segundo Grau*

ESG – *Ensino Secundário Geral*

ESG1 – *Ensino Secundário Geral do Primeiro Ciclo*

ESG2 – *Ensino Secundário Geral do Segundo Ciclo*

Fem. – *Feminino*

KAS – *Konrad Adenauer Stiftung*

Km2 – *Quilómetro Quadrado*

Masc. – *Masculino*

ONGs – *Organizações Não- Governamentais*

TV – *Televisão*

UCM – *Universidade Católica de Moçambique*

UP – *Universidade Pedagógica*

AGRADECIMENTOS

O presente relatório resulta de uma acção combinada de vários intervenientes, num processo de trabalho de pesquisa e recolha de dados em várias instâncias. Para todos estes intervenientes, vão os nossos agradecimentos.

Tendo havido um trabalho particularizado para cada interveniente, queremos endereçar os nossos agradecimentos, em primeiro lugar, aos Governos da Cidade de Nampula, dos distritos de Nacala Porto, Ribáuè, Mogovolas e Eráti, junto das direcções de educação ao nível de cada um destes distritos, por terem criado condições adequadas para que a administração do inquérito ocorresse segundo os patamares previamente concebidos, tendo fornecido os resultados que foram, por nós julgados consistentes, para a produção de um trabalho convincente. Em segundo lugar, o nosso agradecimento vai para os respectivos cidadãos de cada um destes distritos, que manifestaram a vontade de colaborar nesta pesquisa.

Um agradecimento, sem par, vai para a Fundação Konrad Adenauer (KAS) e a sua Representante em Moçambique, que deu um suporte financeiro para tornar realidade este estudo.

Uma gama de palavras de gratidão vai também para os jovens estudantes e docentes da Faculdade da Educação e Comunicação, da UP e dos demais participantes desta pesquisa que demonstraram o seu empenho no apoio aos trabalhos de realização de recolha de dados nos respectivos distritos.

Os agradecimentos para a Reitoria da UCM que tem sabido dirigir as actividades de investigação nos seus Centros de Pesquisa, com especial destaque o CEPKA, sendo esta mais uma série de trabalhos que são nele(s) produzidos com o objectivo de desenvolver a cultura ideológica da prática da Cidadania em Moçambique. A todos quantos directa ou indirectamente prestaram o seu apoio para que este estudo se tornasse uma realidade, vão as nossas palavras de gratidão.

SUMÁRIO EXECUTIVO

No âmbito da análise das modalidades de educação formal e não-formal na Província de Nampula, concretamente na Cidade do mesmo nome, Distritos de Nacala Porto, Ribáuè, Mogovolas e Eráti, o CEPKA levou a cabo uma pesquisa com o intuito de identificar os Espaços de Promoção da Cidadania na Educação Formal e Não-Formal, tendo sido orientada para os seguintes objectivos fundamentais:

- Descrever a percepção do conceito de cidadania, verificando a existência de domínio dos conceitos ligados à cidadania pelos alunos dos ensinos formal e não-formal;
- Identificar os temas sobre a cidadania que fazem parte do currículo do ensino, não deixando de lado a importância desses temas para o desenvolvimento do currículo escolar;
- Estabelecer a relação entre o ensino formal e não-formal e o nível de conhecimento dos alunos sobre os seus direitos e deveres;
- Descrever as formas de contribuição dos ensinos formal e não-formal, no quadro da participação activa dos jovens estudantes na vida sócio-política do País;
- Descrever as formas de promoção e exercício da cidadania, não se descurando das dificuldades para o pleno exercício.

Da análise de dados recolhidos, considera-se terem sido alcançados os objectivos pelos quais esta pesquisa foi desenhada. Assim, o estudo identificou os espaços em que se realiza ou ainda em que se pode consolidar a promoção da cidadania, sendo da educação formal (escolas oficiais), sejam eles do ensino não-formal (catequese, madraças, escolas dominicais, ritos de iniciação, música e o teatro), para além dos espaços que se encontram nas famílias. Portanto, os espaços identificados no quadro da promoção da cidadania, não são devidamente aproveitados, devido à vários factores ligados a problemas curriculares, onde os temas de educação para cidadania não pertencem a uma área ou disciplina, não sendo definido ao nível do currículo um tempo específico, optando-se para o efeito, uma abordagem transversal. Este facto influencia na educação tanto formal, assim como na não-formal, onde as matérias sobre cidadania não encontram uma integração curricular, referimo-nos, concretamente, das igrejas, madraças, escolas dominicais, ritos de iniciação e outros sectores. Outra dificuldade, reside na falta de professores qualificados para leccionar as matérias específicas sobre a cidadania, escassez de material bibliográfico para fazer face às abordagens à volta da cidadania. Esta dificuldade é mais sentida na educação não-formal.

Constatou-se que os entrevistados têm pouco domínio sobre o conceito de cidadania. Este facto é observado em todos os níveis de ensino, isto é, EP1 e EP2. A falta de domínio para este grupo de alunos é mais notório quanto aos seguintes conceitos:

- ♦ símbolos nacionais (hino nacional, bandeira nacional, etc);
- ♦ unidade nacional;
- ♦ participação na vida política;
- ♦ direitos e deveres dos cidadãos

Contudo, a dificuldade para perceber os conceitos ligados à cidadania, reside no facto de estas matérias não serem leccionadas como parte integrante do currículo, mas sob forma de temas transversais, cuja importância não é vista perante os alunos.

Frisar neste estudo que a problemática da falta de domínio do conceito de cidadania, é abrangente ao nível da educação não-formal, concretamente nas igrejas, mesquitas e ritos de iniciação.

O estudo identificou que os entrevistados focalizaram os símbolos nacionais, unidade nacional, a participação na vida política e ao meio ambiente, como temas mais abordados no currículo educacional, no quadro da educação para a cidadania. Porém, foi constatado que os temas como as instituições democráticas, justiça e democracia, não foram referidos como parte integrante das abordagens à volta da cidadania, no quadro curricular da educação formal assim como a educação não-formal.

Salientar que no âmbito do estudo constatou-se que as instituições religiosas, como parte integrante da educação não-formal, participam na formação de cidadãos. Neste quadro, foram apontados: saneamento do meio, deveres dos cidadãos, prevenção de doenças, participação dos cidadãos na solução de problemas sociais, assim como as tradições e valores culturais, fidelidade à pátria, os modos de vida de um cidadão cristão, princípios bíblicos (respeito a Deus, o amor ao próximo, fidelidade conjugal, respeito aos mais velhos), como temas abordados por estas instituições religiosas.

O estudo apurou que os conteúdos abordados no desenvolvimento do currículo, são de extrema importância, na medida em que estão intimamente ligados à forma de vida de uma nação, uma vez que é através do currículo que os valores mais elementares de uma sociedade vão ser transmitidos de uma forma mais estruturada. O estudo apurou também que os conteúdos sobre a cidadania, induzem os jovens a participar na vida política do País, na predisposição que a cidadania é o princípio da liberdade participativa, base da vida política, enquanto lugar em que o homem exerce o poder político.

Descreve-se neste estudo, que os entrevistados praticam diversos actos como a participação na vida política do País, que se consubstancia no exercício do direito de voto, no pagamento de impostos, no envolvimento na resolução de problemas da comunidade, no combate às doenças endémicas e participação no saneamento do meio. Portanto, os inquiridos praticam estes actos sem perceberem que estão em pleno exercício da cidadania. Daí a existência de dificuldades no exercício da cidadania que se circunscreve na ignorância.

Foi apontada como dificuldade no âmbito de promoção da cidadania, a falta de integração nos currículos escolares de disciplinas específicas, a qualquer nível do currículo, com o tempo, objectivos e conteúdos de formação para a cidadania. O mesmo acontece na educação não-formal (igrejas, mesquitas, ritos de iniciação, jornalistas). Ligado a este facto é o reconhecimento da insuficiência dos conteúdos cognitivos e informativos na promoção de uma cidadania activa, focando-se a importância das práticas que consideram valores e atitudes, conhecimentos e comportamentos.

Assim, sugere-se que para a construção da cidadania, é necessário que se defina um espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão, para que se possa aproveitar os espaços da educação não-formal e formal para a promoção da cidadania.

Dados os elementos apurados no âmbito da pesquisa, há que tecer as seguintes recomendações: é preponderante o papel do professor para a transmissão de princípios que norteiam a cidadania, daí proporcionar uma formação específica na matéria ligada à cidadania, olhando pela análise das dimensões e conceitos que atravessam a educação para a cidadania e que estão na base da sua operacionalização pedagógica, numa tentativa de encontrar uma linguagem comum, tanto do ensino formal, como do ensino não-formal, facilitadora do entendimento e das exigências que se colocam ao trabalho de professores. Como segundo plano, é pertinente a identificação de alguns conteúdos ou áreas temáticas que devem ser considerados nos programas de formação nesta área da cidadania, olhando pelas ético-moral e sócio-política, que de certa forma aglutinam áreas temáticas essenciais ao acolhimento escolar da formação para a cidadania.

No processo de acolhimento escolar da educação para a cidadania, devem ser observadas três dimensões de aprendizagem: a responsabilidade social e moral, a participação na comunidade e a literacia política.

Mobilizar os mais jovens, para a tarefa de encontro de sentido, num mundo livre e com as maiores possibilidades, para se aperfeiçoar, solidariedades voluntárias e responsabilidades individuais.

A educação para a cidadania deve ter lugar na educação não-formal, tendo em vista que o estudo dos conteúdos referentes aos temas sobre cidadania, não se esgota no ambiente de sala de aula, devendo ser extensivo a outros espaços menos formais, tais como os círculos de interesse, encontros juvenis, clubes, entre outros agrupamentos e, integrar *nos currículos* escolares da educação não-formal, objectivos e conteúdos de formação para a cidadania, consubstanciando-se em programas obrigatórios.

Os modelos de abordagem da educação para a cidadania, deveriam ser direccionados para os domínios como a *educação para os valores, o desenvolvimento do raciocínio moral e das atitudes democráticas*. O desenvolvimento destes domínios atravessa uma formação empenhada no exercício de uma cidadania responsável.

É preciso reconhecer que o fundamento ético da realidade dos direitos e deveres que o estatuto de cidadania encerra, abre um vasto campo de potencialidades no desenvolvimento da autonomia, criatividade, iniciativa e ajuda inter-pessoal. A educação para a cidadania deve aproveitar estas potencialidades de desenvolvimento moral e reflectir sobre o respeito, a tolerância, a justiça, a solidariedade, o amor ao trabalho e à liberdade.

“A cidadania é a responsabilidade perante nós e perante os outros, a consciência de deveres e de direitos, o impulso para a solidariedade e para a participação, o sentido de comunidade e de partilha, a insatisfação perante o que é injusto ou o que está errado, a vontade de aperfeiçoar e de servir, o espírito de inovação, de audácia e de risco, o pensamento que age e a acção que se pensa”

Jorge Sampaio (ex-Presidente da República Portuguesa)

INTRODUÇÃO

A pesquisa feita no âmbito dos espaços de promoção da cidadania moçambicana na educação formal e não-formal na Cidade de Nampula, Distritos de Ribáuè, Mogovolas, Nacala Porto e Eráti, todos da Província de Nampula, forneceu os resultados que foram analisados e interpretados nos moldes que, segundo as áreas sócio-políticas apresentadas no questionário, abarcam o conceito da cidadania, os assuntos aprendidos mas que tenham ligação com o conceito de cidadania, a importância desses assuntos para o desenvolvimento curricular, local onde são aprendidos os assuntos à volta da cidadania, a contribuição do ensino formal e não-formal, para que os jovens possam participar activamente na vida política e social do País, as formas de exercício de cidadania tanto no ensino formal, como no não-formal e as respectivas dificuldades e, obviamente, as sugestões para ultrapassar essas dificuldades.

Este estudo funda-se na ideia que a primordial importância da *educação para a cidadania* é determinada pelas perplexidades e desafios do nosso tempo, a exigirem a urgente revitalização dos laços de cidadania, no sentido de uma maior participação na vida social e política, num contexto de abertura pessoal aos valores cívicos. Concepción Naval (NAVA, 1995), refere que a ideia de educar para a cidadania num mundo complexo como o actual, não corresponde nem ao pitoresco aparato do currículo de formação moral e cívica do século passado, nem a um complemento da educação geral, ideologicamente necessário, mas carente de validade cognitiva e afectiva. Trata-se de uma tarefa essencial nas sociedades livres que associa às diferentes dimensões da cidadania: *responsabilidade social e moral, participação na comunidade e literacia política* (CRIC, 1998). Ora, estas finalidades não se cumprem sem educação, o que coloca a Escola perante o empreendimento difícil, mas urgente, de envolver toda a comunidade escolar nas tarefas da educação para a cidadania dos seus públicos escolares.

A análise e interpretação de dados fornecidos pela pesquisa, foi feita por Distrito, o que permitiu a recolha de percepções de forma comparativa e conclusiva da abordagem sobre os espaços de promoção da cidadania na educação formal e não-formal dos Distritos da Província.

O relatório comporta a apresentação do projecto da investigação e descreve o contexto teórico sobre os contornos da cidadania. Apresenta também o contexto local da Província de Nampula. Comporta objectivos e métodos da pesquisa, os dados qualitativos de cada Distrito, bem como os comentários à volta de cada assunto tratado.

As conclusões apresentadas de uma forma sumária, resultam de análise das matérias, não dispensando um carácter sugestivo de quem as fez, uma vez que se trata de vários aspectos e cada um apresenta-se com uma especificidade quase singular.

O relatório está estruturado em cinco partes. A primeira, apresenta a percepção sobre os espaços de promoção da cidadania na educação formal e não-formal, na cidade de Nampula. A segunda, figura o Distrito de Ribáuè, segue a terceira com o Distrito de Mogovolas, na quarta parte, está o Distrito de Nacala Porto e, finalmente, o Distrito de Eráti que se situa na quinta parte. Todos estes Distritos apresentam a mesma linha de abordagem apresentada na primeira parte.

Existe uma parte final de considerações finais e de recomendações feitas de acordo com o que foi constatado em cada Distrito. Por isso, as recomendações dadas são gerais.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Contexto Teórico

Objectivando-se produzir uma contribuição para a ampliação e fortalecimento de espaços de promoção e assunção dos valores da cidadania, projectou-se realizar uma pesquisa sobre “*Espaços de Promoção da Cidadania na Educação Formal e Não-formal*”, tendo por cenário a Província de Nampula. Na concepção da pesquisa, parte-se de três pressupostos: o primeiro, consiste no reconhecimento que a compreensão e a participação dos indivíduos no debate e na operacionalização de questões relacionadas com os grandes temas da actualidade, tais como: unidade nacional, diversidade cultural, direitos humanos, justiça, democracia, liderança comunitária, sociedade, meio ambiente, pobreza e desenvolvimento, saúde, doenças endémicas, desenvolvimento comunitário, etc., passam pela educação. A educação que se presta para desenvolver competências, isto é, conhecimentos, habilidades e responsabilidades nos domínios em que se enquadra cada um daqueles temas não se restringe ao ensino das disciplinas

escolares que se ministram nas escolas, em diferentes classes e ciclos. Trata-se do que se convencionou designar por Educação para a Cidadania. Como segundo pressuposto, regista-se o facto que no actual sistema educativo moçambicano, espaços concebidos intencionalmente para a educação para a cidadania são praticamente inexistentes, pois a introdução da disciplina de Educação Moral e Cívica, na 6^a e 7^a classes, a partir de 2004, não resolve o problema. Terceiro e último pressuposto, consiste no reconhecimento que para além do sistema educativo formal, outros espaços educativos, tais como o informal e o não-formal, poderão, por hipótese, abrir oportunidades que potenciem os indivíduos para o exercício da cidadania

Assim sendo, o propósito da pesquisa proposta é o de contribuir, caso seja necessário, na consolidação do perfil analítico do actual sistema educativo nacional, bem como das demais modalidades de educação não-formal, preva-lentes no País, em matéria de seus potenciais de promoção da educação para a cidadania. A intenção é, depois de identificar as potencialidades e limitações, proceder-se à discussão sobre o aproveitamento de cada um dos potenciais espaços para a implantação de programas de educação para a cidadania.

Para uma maior precisão dos conceitos sobre os quais a pesquisa se irá desenvolver, importa assinalar e aclarar cidadania, educação para a cidadania, educação formal e não-formal.

Cidadania é um conceito cujo esclarecimento tem a ver com um outro, o conceito cidadão. Segundo *Pinsky*,

“cidadão é aquele que tem direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ter direitos políticos.” (PINSKY, 2003: 9).

Para *Henriques*,

“cidadania é um conceito polissémico que gira em torno do estatuto de pertença de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada e que lhe confere um conjunto de direitos e de obrigações”. (HENRIQUES et al, 2001: 18).

Cidadania seria, portanto, segundo *REIS*, um estatuto político e legal que confere direitos e responsabilidades definidos na lei e que inclui o envolvimento

do indivíduo na vida pública, referindo-se ao conjunto das acções que vão desde votar à participação na vida pública e outros comportamentos sociais e morais, não apenas direitos e deveres, que as sociedades esperam dos cidadãos. (<http://apei.no.sapo.pt/novo/sabados/sentidoECD.doc>).

Ainda segundo REIS, Educação para a cidadania seria aquela que visa desenvolver o conhecimento, a compreensão, as capacidades, as atitudes e os valores que ajudem os jovens a desempenhar um papel activo na comunidade (local, nacional e internacional); estar informados e conscientes dos seus direitos, responsabilidades e deveres; compreender que se pode ter influência e marcar diferença na respectiva comunidade de pertença.

Sendo o propósito desta pesquisa, descortinar na modalidade de educação não-formal os espaços que se prestam para a promoção da educação para a cidadania, importaria especificar o que se entende por educação não-formal. Para LIBÂNEO (2000: 78-88), as modalidades educativas distinguem-se em informal, não-formal e formal. Este autor identifica a educação informal com a educação não intencional, aquela que decorre de modo não-intencional, não sistemático, não planeado, actuando efectivamente na formação da personalidade, porém, de modo disperso, difuso e sem se constituir em actos conscientemente intencionais.

Para LIBÂNEO, integram a educação intencional as modalidades da educação não-formal e formal, sendo a primeira relacionada com as actividades com carácter de intencionalidade, porém, com baixo grau de estruturação e sistematização, com implicação de relações pedagógicas, mas não formalizadas. Para o mesmo autor, a educação formal seria a educação escolar, aquela que é estruturada, organizada, planeada intencionalmente, sistemática.

No âmbito da pesquisa que se pretende realizar, considerar-se-á educação não-formal aquela que é veiculada, na sociedade tradicional, através de ritos de iniciação, pelas diferentes confissões religiosas, em particular, as igrejas cristãs e o islamismo; através dos meios de comunicação de massas, como a TV, a rádio e a imprensa escrita. Inclui-se, também, neste conjunto, as mensagens educativas emitidas nos meios artístico-culturais, em particular a música.

1.2 Contexto local

A pesquisa pretende identificar na educação não-formal espaços em que se realiza ou pode-se realizar a promoção da cidadania na Província de Nampula. Esta província, situada no Norte do País, tem 21 distritos, e a sua extensão abrange uma área de 78.197 km². De acordo com os resultados preliminares do

CENSO/2007, a Província, que é a mais populosa do País, tem uma população de 4.076.642 mil habitantes, e cerca de 75% dos quais vivendo em zona rural.

A presente pesquisa tem o seu foco nas modalidades da educação não-formal e formal, realizada em 5 (cinco) Distritos da Província, nomeadamente: *Nampula Cidade, Ribáuè, Mogovolas, Nacala Porto e Eráti*.

A escolha destes Distritos ou locais da pesquisa, se teve em consideração as especificidades da Província, ou seja, se deu em consideração as três regiões que comportam a Província; como sejam, região do litoral, tendo sido escolhido Nacala Porto; na zona intermédia, foram escolhidos Cidade de Nampula, incluindo a Urbana e Mogovolas (Rural) e, finalmente Eráti e Ribáuè, zonas do interior. Estes distritos manifestam aspectos culturais diversos, como abaixo, sumariamente, se descrevem:

- ♦ **Nampula – Cidade** – é a cidade Capital da Província de Nampula e é o maior centro urbano, congregando, assim, uma grande diversidade de instituições de educação formal e não-formal. Para além de possuir uma diversidade cultural grande.
- ♦ **Nacala Porto** – é um distrito com uma componente tradicional significativo, onde, por exemplo, se pode notar uma grande afluência de jovens adolescentes aos ritos de iniciação, assim como maior concentração de instituições de ensino não-formal. Também predomina o espectro tradicional muito forte. Ao mesmo tempo, possui uma componente da população islamizada.
- ♦ **Ribáuè** – O distrito de Ribáuè possui também uma componente tradicional muito forte, onde, por exemplo, também o predomínio dos rituais tradicionais forte. Tem uma rádio comunitária muito abrangente e que joga um papel muito importante na divulgação de informação, bem como na formação de cidadãos em matéria de educação cívica. Há uma relativa predominância de cristãos, tanto católicos, como evangélicos.
- ♦ **Mogovolas** – por ter uma forte componente em alfabetização, onde destacamos os programas de alfabetização, levados a cabo por algumas ONGs no âmbito do desenvolvimento comunitário. Ainda possui uma forte componente tradicional.
- ♦ **Eráti** – é um distrito com uma componente tradicional muito forte, onde, por exemplo, se pode notar uma grande afluência de jovens adolescentes aos ritos de iniciação, assim como maior concentração de instituições de ensino não-formal. Ao mesmo tempo, possui na sua maioria, uma população católica, para além de islamizada e evangélica.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

As experiências a que se teve acesso, no contexto de países como Portugal e Brasil, indicam que a educação para a cidadania não se constitui em disciplina escolar específica. Os seus temas e conteúdos são tratados de forma transversal nas diferentes disciplinas leccionadas nas escolas. A introdução da Educação Moral e Cívica no EP2 surgiu da necessidade de se colmatar uma lacuna que se vinha registando desde há muito tempo. Mas, esse facto não chega a dar uma solução satisfatória, porque a referida disciplina, para além de o seu ensino ser limitado à 6^a e 7^a Classes, os seus temas não abrangem a maior parte dos assuntos a serem discutidos e âmbitos da educação para a cidadania. É preciso assinalar-se também que cada uma das diferentes instituições veiculadoras da educação não-formal, é vocacionada para desenvolver uma educação restrita ao seu âmbito.

O carácter lacunar do ensino formal, relativamente a uma educação direccionada para a promoção da cidadania programada e mais abrangente, aliada ao âmbito restrito das formas de educação não-formal, constituem o cerne das inquietações que estão na origem da promoção da presente pesquisa. Dessa forma, o problema delineado para a investigação é formulado no sentido de esclarecer-se dos espaços existentes nas modalidades de educação formal e não-formal no país. Estes servem para a promoção da cidadania. Ao problema assim formulado, agrega-se uma questão completar com a qual se pretende aclarar como poderá potenciar-se às modalidades de educação formal e não-formal identificadas para a ampliação do seu papel de promotores de uma cidadania activa.

Baseando-se nos pressupostos acima, colocam-se as seguintes questões:

- Que espaços há na educação formal e não-formal para a promoção da cidadania?
- O que se espera em termos de atitude e comportamento de pessoas que sendo educados assumem o espírito de cidadania no sentido mais amplo?
- Os fins perseguidos pela educação tradicional, pelas igrejas e outras instituições afins, terão uma relação com os de escola oficial?
- Como se poderia potenciar a educação não-formal para que amplie o seu papel de promotor de uma cidadania activa?

3. JUSTIFICATIVA

A abordagem deste tema é actual e importante, por isso, ocorre a ideia de pesquisar para saber que espaços há onde se realiza ou poder-se-á realizar a promoção da cidadania. Com efeito, discute-se muito hoje sobre a educação e cidadania, ou ainda sobre os direitos dos cidadãos e deveres do Estado referentes à educação e a escola. A presente pesquisa vem buscar entendimentos daquilo que é a percepção de determinados grupos ligados à educação formal e não-formal sobre os passos que estão sendo desenvolvidos para a promoção da cidadania.

Pretende-se ainda, com esta pesquisa, trazer elementos que posteriormente possam construir uma base sólida de espaços para a promoção da cidadania. Assim sendo, existe a necessidade de dotar a educação não-formal de meios, de modo a que seja a promotora de uma cidadania activa, em que os seus aprendentes, enquanto alunos e enquanto cidadãos, possam desenvolver capacidades para tomar parte das decisões fundamentais da vida.

Portanto, há uma necessidade de se deixar de considerar a educação para a cidadania como uma missão da educação formal que tendo como ponto focal a disciplina de Educação Moral e Cívica. Há necessidade de interpretar a acção educativa no âmbito da cidadania num quadro de envolvimento comunitário, definindo algumas orientações para que esta seja de domínio de todas as instituições de ensino não-formal, com incidência nos domínios institucional e pedagógico.

A educação não-formal, deve ter o papel promotor de uma cidadania activa, procurando articular os seus ensinamentos de forma a contribuir para um processo de formação coerente, aproveitando todas as oportunidades de aprendizagem que se oferecem para o efeito. Deve promover, igualmente, a Educação para a Cidadania, não como uma disciplina de “manual”, mas sim, como algo inerente ao alargamento de participação de alunos — enquanto alunos e enquanto cidadãos — nas decisões fundamentais da vida. Ela deve ser percebida como um recurso pedagógico complementar às carências da escola formal.

Neste contexto, esta pesquisa irá debruçar-se, tentando mostrar a necessidade de se encontrarem outras formas, para além da educação formal, que leve a cabo a educação para uma cidadania responsável e sã, uma vez que a educação formal parece estar a mostrar um *deficit* naquilo que são os resultados esperados neste âmbito.

4. OBJECTIVOS

a) Objectivo Geral

Constitui objectivo geral da presente pesquisa identificar, nas modalidades de educação formal e não-formal, espaços em que se realiza ou se poderá realizar a promoção da cidadania.

b) Objectivos Específicos

Para a operacionalização do objectivo geral da pesquisa, são definidos os objectivos específicos que se seguem:

- ✦ Descrever a percepção do conceito de cidadania, verificando a existência de domínio dos conceitos ligados à cidadania por alunos do ensino formal assim como do não-formal;
- ✦ Identificar os temas sobre a cidadania que fazem parte do currículo do ensino;
- ✦ Verificar a importância das matérias sobre a cidadania para o desenvolvimento do currículo escolar;
- ✦ Estabelecer a relação entre o ensino formal e não-formal e o nível de conhecimento dos alunos sobre os seus direitos e deveres;
- ✦ Descrever as formas de contribuição do ensino formal e não-formal para uma participação activa dos jovens estudantes na vida política e social do País;
- ✦ Descrever as formas de exercício da cidadania, não se descurando das dificuldades para o pleno exercício.

5. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa cingiu-se na recolha, análise e interpretação de dados sobre a existência ou não de espaços de promoção da cidadania, no contexto moçambicano, na educação formal e não-formal, nomeadamente, escolas, igrejas, mesquitas e centros de ritos de iniciação ou a partir dos protagonistas destas instituições e os respectivos formandos.

6. METODOLOGIA DA PESQUISA

6.1 Estratégia e método de pesquisa

Nesta abordagem, adoptou-se a pesquisa descritiva, no intuito de identificar e registar, os espaços educação formal e não-formal em que se realiza ou se poderá realizar a promoção da cidadania, caso vertente da Província de Nampula, concretamente, na Cidade de Nampula, Nacala Porto, Ribáuè, Mogovolas e Eráti. Depois de registados, os dados foram interpretados, sem a interferência do pesquisador. Assim, este tema - os *Espaços de Promoção da Cidadania na Educação Formal e Não - Formal* - adequa-se ao tipo de pesquisa descritiva.

Estrategicamente, esta abordagem foi pesquisada de uma forma qualitativa, na medida em que não se pretendeu empregar um instrumento estatístico como base do processo de análise do problema da pesquisa. Ainda não se pretendeu enumerar ou medir unidades ou categorias homogêneas.

Sendo qualitativa, procurou-se buscar uma compreensão detalhada de significados e características situacionais dos *Espaços de Promoção da Cidadania na Educação Formal e Não-Formal*, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos. Embora, hoje, a definição de pesquisa qualitativa coloque diversos problemas e limitações do ponto de vista da pesquisa social, Richardson (1999), admite que há um reconhecimento da validade dos resultados da compreensão participante.

Portanto, a intenção do uso da estratégia qualitativa nesta abordagem, insere-se na maior preocupação com a validade das informações que foram colectadas, isto é, os dados expressam automaticamente a visão do entrevistado, sem interferência mínima do processo de pesquisa. O que significa ter sido explorada a capacidade de ter acesso às autênticas opiniões dos entrevistados e, não olhando pela meta pouco realista da representatividade.

Quanto ao método da pesquisa, *survey* (levantamento) foi o mais adequado. A escolha deste método, tem a ver com o tipo de abordagem da pesquisa: o que exigiu a interrogação directa das pessoas, para obter o conhecimento sobre o objecto de estudo. São pessoas com capacidade de dar respostas em relação ao problema. A ideia central foi de trazer informações sem influenciar a opinião dos entrevistados. Ainda com *survey*, os dados apurados ofereceram-nos a possibilidade de aprofundar para realçar aspectos mais amplos e gerais sobre os *Espaços de Promoção da Cidadania na Educação Formal e Não - Formal*. Com este método, fez-se um levantamento de dados, de uma forma sistematizada,

dos maiores, senão, principais espaços no quadro da educação formal e não-formal para promover a cidadania.

6.2. *Universo*

A educação não-formal é uma educação “extra-escolar” que ocorre ao longo da vida e que procura garantir a transmissão de normas, valores, símbolos das crenças, enfim, de uma estrutura que possa garantir o desenvolvimento individual de cada membro visando a sua inserção na sociedade a que pertence. Para este estudo, cingimo-nos na sociedade nampulense que pela sua natureza, é rica em ensinamentos tradicionais, onde desde o seu nascimento, o cidadão já tem contacto um vasto número de ensinamentos (ritos de nascimento, ritos de iniciação, etc.), onde encontramos uma gama de instituições religiosas, desde as instituições de formação muçulmana (madrças) até as instituições de outras religiões cristãs, de entre elas a catequese na igreja católica, e as escolas dominicais e grupos de jovens nas igrejas evangélicas. Do mesmo modo, a Província tem muitas instituições de alfabetização de adultos, bem como os órgãos de comunicação social, a destacar a rádio e a televisão que emitem programas educativos que têm uma gama de ouvintes e telespectadores. Assim sendo, o alvo de estudo, ou seja, o universo da pesquisa, foi a população da Província de Nampula que frequenta as instituições de formação formal e não-formal.

6.3. *Unidades empíricas de análise*

Unidades de Análise, segundo Siglenton (1988), “*são os objectos ou eventos aos quais as pesquisas sociais se referem, o que ou quem será descrito, analisado ou comparado*”. Nesta pesquisa as unidades de análise foram constituídas por pessoas de diferentes estratos sociais, que estão directa ou indirectamente ligadas as mais variadas instituições e formas de ensino da Educação formal e não-formal, seja como reguladores do processo de ensino-apredizagem ou como parte integrante do processo do mesmo.

Deste modo, a recolha de dados abrangeu a população no geral, serviços de educação e cultura, educadores não-formais das instituições de ensino do alcorão (escolas corânicas), as instituições religiosas como católica e igrejas

evangélicas (que têm a componente escolas dominicais), mestres de iniciação através de líderes comunitários, músicos, actores de teatro.

Assim, a nível da Província foram entrevistados 1 (um) Director-Adjunto Provincial da Educação e Cultura, 2 (dois) Técnicos do Departamento Pedagógico, 1 (um) Técnico da Secção da Alfabetização e Educação de Adultos da Educação da Cidade de Nampula, 3 (três) Professores e 3 (três) Alfabetizadores.

A nível do Distrito de Ribáuè, os potenciais informadores foram os seguintes¹: 2 (dois) Docentes, 1 (um) Técnico distrital de Alfabetização e Educação de Adultos, 2 (dois) Gestores do Centro de Internato e de Recursos Humanos, 1 (um) Técnico Pedagógico 2 (dois) Alfabetizadores. No Distrito de Mogovolas foram entrevistados, os Gestores da Secção Pedagógica dos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia e, da Escola Secundária local, 3 (três) Professores e 3 (três) Alfabetizadores. Em Nacala Porto, foram entrevistados: Os chefes da Secção Pedagógica e dos Recursos Humanos dos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia, 2 (dois) Docentes e 3 (três) Alfabetizadores. Finalmente, no Distrito de Eráti foram entrevistados, no quadro das unidades de análise, Director de Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia, Chefe da Secção de Desporto do Distrito, Chefe da Secção Pedagógica, 2 (dois) Professores e 2 (dois) Alfabetizadores.

Ainda no âmbito das unidades da análise, foram entrevistados na Cidade de Nampula, 5 (cinco) Estudantes do Ensino Formal, 18 (Dezoito) Estudantes do Ensino Formal do Distrito de Ribáuè, 7 (sete) do Distrito de Mogovolas, 5 (cinco) em Nacala Porto e 18 (Dezoito) em Eráti. Quanto aos Educadores Não-Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação) e, encarregados de educação, foram entrevistados num total de 20 (vinte) na Cidade de Nampula, igual número em Ribáuè, 12 (doze) em Mogovolas, 20 (Vinte) em Nacala Porto, igual número em Eráti.

Foram também entrevistados 15 (quinze) Educandos do Ensino Não-Formal (alfabetizando, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escola dominical e de madraças), na Cidade de Nampula, 18 (dezoito) educandos do ensino não-formal de Ribáuè, igual número de entrevistados para os Distritos de Mogovolas, Nacala Porto e Eráti.

¹ Amostra foi uniformizada nos 5 distritos de estudo, não se olhando pelo número de habitantes. A única diferença está no que diz respeito aos jornalistas de Televisão, que só se encontram na Cidade de Nampula.

Finalmente, foram entrevistados Jornalistas, Músicos e Actores de Teatro num número de 5 (cinco) na Cidade de Nampula, 6 (seis) em Ribáuè, 2 (dois) em Mogovolas, 6 (seis) entrevistados de Nacala Porto e 8 (oito) no Distrito de Eráti.

6.4. Fundamentos das unidades de análise

De uma forma geral, a selecção destas unidades tem a ver com o grau de conhecimento do processo, assim como o nível do seu envolvimento no quadro da promoção da cidadania na Província. O problema proposto para pesquisar é, de certa forma, do conhecimento destas unidades, vivido por estes grupos sociais, o que poderão, obviamente, trazer elementos mais aprofundados do problema. Assim, o Director-Adjunto Provincial da Educação e Cultura, Director dos Serviços Educação, Juventude e Tecnologia, Chefes das Secções Pedagógicas á nível do distrito, Directores das Escolas, Docentes e outros profissionais de educação, são indivíduos com capacidade para atender às necessidades básicas de aprendizagem de alunos, de uma forma dinâmica, diversificada e cativante.

No quadro das unidades de análise, há Educadores Não-Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), Pais e Encarregados de Educação, Jornalistas, Músicos e Actores de Teatro. Estas unidades estão configuradas nas instituições consideradas como espaços não-formais de educação, uma vez que foi definido por (FÁVERO, 1980: 23),

“a educação não-formal abrange qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que se realiza fora dos quadros do sistema formal (de ensino), para fornecer determinados tipos seleccionados de aprendizagem”.

Enquanto (GOHN, 1999: 98-99) acrescenta que

“a educação não-formal designa um processo com quatro campos de dimensões, entre eles, um que abarca aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em espaços diferenciados”.

Segundo a autora (GOHN, 1999), no espaço de educação não-formal existe a preocupação de se transmitir os mesmos conteúdos da escola formal.

Entretanto, esse repasse é desenvolvido em espaços alternativos e com metodologias e sequências cronológicas diferenciadas.

6.5. As técnicas de colecta de dados

As técnicas utilizadas na abordagem do campo foram:

- ✦ Entrevista semi - estruturada – aplicada aos educadores não-formais e aos educandos.
- ✦ Inquérito feito mediante formulários – aplicados aos directores distritais de Educação, bem como aos pais e encarregados de educação
- ✦ Formulários para os estudantes do ensino formal, como do ensino não-formal.
- ✦ Observação – observações dos programas do ensino formal e não-formal e, com o intuito de perceber, na sua essência, como são estruturados os respectivos programas utilizados no decorrer do processo de ensino-aprendizagem.

De uma forma geral, foi pautada por uma entrevista em profundidade, que é uma técnica fundamental usada na pesquisa qualitativa. Sendo adoptadas também entrevistas semi-estruturadas, na medida em que foram sendo utilizadas questões abertas para permitir ao entrevistador entender e captar a perspectiva dos participantes da pesquisa.

Contudo, sendo uma pesquisa descritiva, os dados foram colectados directamente no seio dos entrevistados.

6.5 Estratégia de análise e interpretação de dados

Em princípio, esta pesquisa, sendo de natureza qualitativa, não emprega um instrumento estatístico como processo de análise de dados. Não pretende enumerar ou medir unidades ou categorias homogéneas. A aplicação de uma abordagem qualitativa nesta pesquisa, justifica-se por ser uma forma adequada para entender melhor a natureza do problema da própria pesquisa.

Assim, a estratégia de análise e interpretação de dados envolveu a elaboração de categorias, tendo em vista a exaustividade, o que permitiu a inclusão de todos os elementos levantados relativos a principal abordagem da pesquisa (*Espaços de Promoção da Cidadania na Educação Formal e Não – Formal*), homogénea, em que as categorias baseiam-se em um mesmo princípio de classificação, a objectividade e fidelidade. A importância da elaboração de categorias, facilitou a análise da informação.

Também foi usada a análise de conteúdo que é

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção ou de recepção dessas mensagens” (BARDIN, 1979: 31).

As informações colectadas foram interpretadas e analisadas a partir das unidades de análise, previamente identificadas.

E, por último, foi usada a técnica de triangulação que se refere ao uso de diferentes fontes de dados. A técnica de triangulação foi constituída pela dimensão subjectiva. Em suma, a triangulação obedeceu as linhas-mestras da pesquisa.

PARTE I

CIDADE DE NAMPULA

1. Categoria de Entrevistados por Sexo

O estudo sobre os espaços de promoção da cidadania na educação formal e não-formal, teve abrangência na Cidade de Nampula – Cidade Capital da Província de Nampula, maior centro urbano da Província, congregando, assim, uma grande diversidade de instituições de educação não-formal, para além de uma diversidade cultural grande. Neste quadro, foram entrevistados o Director-Adjunto, Técnicos da Secção Pedagógica da Educação e Cultura à nível Provincial e da Secção da Alfabetização e Educação de Adultos da Direcção da Educação da Cidade de Nampula, Professores e Alfabetizadores, considerada como primeira categoria de entrevistados neste estudo. Este grupo traz largos conhecimentos na área de educação, daí a sua selecção para dar o seu contributo neste estudo.

Na segunda categoria de entrevistados foram como alvos do estudo, os estudantes do Ensino Formal. A terceira categoria de entrevistados, foi constituída por Educadores Não- Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), Pais e Encarregadores de Educação. O quarto grupo de entrevistados, foi de Estudantes do Ensino Não-Formal (alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos da escola dominical e das madraças). A quinta e última categoria de entrevistados, foi a de Jornalistas, Músicos e Actores de Teatro.

Quadro 1: Categoria de Entrevistados por Sexo – Cidade de Nampula

Ord.	Categorias de Entrevistados	Total por Sexo	
		Masc	Fem.
01	Percepção do Director-Adjunto, Técnicos da Secção Pedagógica da Educação e Cultura à nível Provincial e da Secção da Alfabetização e Educação de Adultos da Direcção da Educação da Cidade de Nampula, Professores e Alfabetizadores	7	3
02	Estudantes do Ensino Formal	3	2

03	Educadores Não-Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação) e Pais e Encarregados de educação	17	3
04	Estudantes Não-Formais (alfabetizando, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escola dominical e de madraças)	10	5
05	Jornalistas, Músicos e Actores de Teatro.	5	0

Fonte: o autor

I. Percepções dos Directores- Adjuntos, Técnicos da Secção Pedagógica da Educação e Cultura à Nivel Provincial e da Secção de Alfabetização e Educação de Adultos da Direcção de Educação da Cidade, Professores e Alfabetizadores

1. Percepção do conceito de cidadania

O conceito de cidadania, é entendido pelos entrevistados como sendo “o poder de exercer os direitos e deveres, que estão adstritos a uma pessoa, dando-lhe a possibilidade de participação na vida política do País”. Este entendimento leva-nos a concluir que o nível das pessoas entrevistadas e o meio onde elas se encontram contribuem para ter um elevado conhecimento e uma melhor percepção sobre o conceito de cidadania.

O mais importante foi constatar nas respostas dos entrevistados que o conceito de cidadania está, pois, ligado ao conceito de estado do tipo pessoal e traduz-se num conjunto de direitos e obrigações entre o indivíduo e o seu respectivo Estado. Contudo, pode-se tirar a ilação de certo entendimento, por parte dos entrevistados, que a ideia de cidadania opõe-se ao privilégio e significa generalização dos direitos e, da mesma forma, democratização do acesso aos meios, como a justiça e de salvaguarda desses mesmos direitos.

Da percepção dos entrevistados, pode-se apurar ainda que a cidadania tem um sentido amplo equivalente a todos os direitos e obrigações decorrentes da nacionalidade, bem como um sentido estrito referente à participação no Governo ou na vida política do País. Desta forma, pode-se compartilhar o pensamento de Marcello Caetano, quando observou que *a cidadania coincide com a nacionalidade*. Nesta concepção, pode-se ter uma certa nacionalidade sem se ter a correspondente cidadania, justamente quando o nacional não goza dos direitos civis e políticos garantidos pela Constituição.

2. Temas que fazem parte do currículo escolar

Os entrevistados fizeram referência aos símbolos nacionais e unidade nacional, como os conteúdos mais abordados no currículo educacional, no quadro da educação para a cidadania. Certamente que estes dois aspectos se correlacionam, à medida em que ambos permitem a criação de um sentimento único de Nação no qual todos fazem parte. Os entrevistados referiram-se também aos aspectos ligados com a participação na vida política, instituições democráticas e ao meio ambiente.

Com estes dados, pode-se perceber que este grupo de entrevistados dá a importância à questão dos símbolos nacionais e unidade nacional, na medida em que o objectivo geral do Sistema Nacional de Educação, de harmonia com a Lei nº 6/92, traduzem-se na educação para cidadania, que se circunscreve na educação da criança, jovem e o adulto para o espírito da unidade nacional, pois, identifica um determinado povo e exalta o sentimento de solidariedade. Igualmente, o meio ambiente configura no quadro da Educação para o desenvolvimento económico e social, consoante os objectivos gerais do Sistema Nacional de Educação.

3. Importância dos temas abordados para o desenvolvimento curricular

A importância dos conteúdos abordados no desenvolvimento do currículo, está intimamente ligado à forma de vida de uma nação, uma vez que é através do currículo que os valores mais elementares de uma sociedade vão ser transmitidos de uma forma mais estruturada.

De acordo com os entrevistados, esses conteúdos ajudam a inserção das crianças e jovens na vida do País. Os entrevistados referiram-se da importância dos conteúdos abordados no sentido de ajudar as crianças e jovens a saber o quão nacionais são. Os entrevistados afirmaram ainda que os conteúdos abordados, ajudam as crianças e jovens, a desenvolverem concepções de cidadania, que se vincula intimamente à ideia de direitos individuais e de pertença a uma comunidade particular.

Finalmente, os entrevistados afirmaram que os conteúdos induzem os jovens a participarem na vida política do País, na pré-disposição que a cidadania é o princípio da liberdade participativa, base da vida política, enquanto lugar em que o homem exerce o poder político.

4. Disciplinas com conteúdos de cidadania

De acordo com os entrevistados, os conteúdos sobre a cidadania são enquadrados em grande dimensão nas disciplinas de ensino de Língua Portuguesa, História e Geografia. Entretanto, os entrevistados apontaram que estes conteúdos são mais abordados nos níveis de EP2 (Ensino Primário do Segundo Grau).

De certo, estas matérias são abordadas, principalmente na História, porque esta disciplina orienta-se para o desenvolvimento de competências gerais para a vida, por um lado e, para a formação de uma cultura e identidade nacional, por outro, mas com vista à desenvolver nos alunos, o amor pela pátria e a consciência de fazer parte de uma sociedade.

O ensino da Língua Portuguesa serve de instrumento de unificação e de consolidação da unidade e consciência nacionais, de manifestação do amor patriótico e orgulho de ser moçambicano.

5. Domínio de conceitos ligados à cidadania

Entrevistados se os alunos² tinham domínio dos conceitos ligados à cidadania, os entrevistados afirmaram que há falta de domínio dos conceitos ligados à cidadania, principalmente para os alunos que frequentam os níveis de EP1, EP2 e ESG. A falta de domínio para este grupo de alunos é mais notório nos seguintes conceitos: símbolos nacionais (Hino Nacional, Bandeira Nacional, etc); unidade nacional; participação na vida política, direitos e deveres dos cidadãos.

Os entrevistados argumentaram que a dificuldade para perceber os conceitos ligados à cidadania reside no facto de estas matérias não serem leccionadas como parte integrante do currículo, mas sob forma de temas transversais, cuja importância não é vista perante os alunos.

6. Relação entre o ensino formal e o nível de conhecimento dos alunos sobre os seus direitos e deveres

Segundo os entrevistados, há uma estreita ligação entre o ensino formal e o grau de conhecimento que os cidadãos têm sobre os seus direitos, na medida em que o ensino traz vantagens aos cidadãos, porque dá-lhes a possibilidade de se formarem e de se informarem, permitindo a aquisição de conhecimentos sobre

² Referimo-nos dos alunos de nível de EP2 (Ensino Primário) e Ensino Secundário Geral (1º Ciclo e 2º Ciclo)

os fenómenos que ocorrem nas sociedades, sejam fenómenos políticos, sócio-económicos e culturais. Contudo, as instituições democráticas só poderão ser percebidas pelos cidadãos, se estes tiverem um mínimo de conhecimento, isto é, se tiverem um nível de escolaridade aceitável, isto é, que possam ler e escrever. Esta é a importância do ensino formal. Assim sendo, o cidadão só poderá exercer plenamente os seus direitos e deveres, caso tenha um mínimo de cultura jurídica, onde possa perceber os direitos que ele tem e os respectivos deveres.

Os entrevistados reforçaram ainda que, embora haja essa relação do ensino formal e o nível de conhecimento dos cidadãos sobre os seus direitos e deveres, é preciso ter em conta os órgãos de comunicação, como canais que possam transmitir os conhecimentos à volta dos direitos e deveres.

7. Contribuição da educação formal para uma participação activa dos jovens na vida política e social do País

Os entrevistados acreditam que a educação no ensino formal é importante, porque pode contribuir para que os jovens possam participar activamente na vida política e social do País. Certamente, a educação vai-se configurando nos confrontos sociais e políticos, ademais, como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação, ora como um dos mecanismos para controlar e medir o grau de liberdade, da racionalidade dos homens na sociedade.

Decerto, olhando pelas percepções dos entrevistados, pode-se concluir que a educação pode ser encarada como o “remédio”, capaz de tornar cidadãos livres, como de controlar a liberdade dos cidadãos. Contudo, pode-se admitir que da educação espera-se a possibilidade de configurar os jovens para o novo mercado económico, social e político. Portanto, os jovens só serão reconhecidos aptos a participar como sujeitos social e político, quando tiverem vencido a ignorância, se tiverem aprendido a nova racionalidade.

8. Dificuldades na promoção da cidadania no ensino formal

De acordo com os entrevistados, existem dificuldades no Sistema Formal do Ensino para promover a Cidadania: incipiência da educação, que se circunscreve na falta de definição de políticas sociais claras, onde se possa colocar relação entre cidadania e educação, sobretudo elevando a educação à pré-condição para que o homem seja aceite como cidadão; falta de integração dos currículos com matérias inerentes à cidadania; insuficiência de livros e

professores especializados para abordar os assuntos sobre a cidadania; estabelecer nos currículos, disciplinas específicas com abordagens sobre a cidadania e não leccionar as matérias sobre a cidadania sobre forma transversal; a falta de formulação dos projectos político-pedagógicos e problemas de desigualdades sociais, tomando aqui como componente histórico-estrutural.

9. Sugestões para ultrapassar as dificuldades na promoção da cidadania

Relativamente às formas de ultrapassar as dificuldades, os entrevistados fazem dois tipos de observações: primeira, sugerem investimentos em infraestruturas e na formação de quadros qualificados, alargando a rede escolar para as zonas rurais mais recônditas; segundo, sugerem que sejam criados programas de consciencialização no quadro da cultura cidadã.

Ainda os entrevistados, olhando para o Sistema Nacional de Educação, acreditam que é fundamental a inclusão das matérias sobre cidadania nos programas de ensino, pese embora a Lei nº 6/92 de 6 de Maio, prescreve que um dos objectivos do Sistema Nacional de Educação traduz-se em educação para a cidadania. Para os entrevistados, deveriam ser introduzidas disciplinas com matérias específicas sobre a cidadania, ao invés de estabelecer de uma forma transversal. As mesmas disciplinas deveriam ter uma carga horária igual a outras, sendo introduzidas no Plano Curricular do Ensino Básico, assim como do Ensino Secundário Geral. Desta forma, ajudaria a prestigiar e desenvolver as capacidades dos jovens.

Contudo, para a construção da cidadania, é necessário que se defina um espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão. A educação não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte do fruto e expressão do processo da sua constituição.

II. Estudantes do Ensino Formal

1. Percepção do conceito de cidadania

Os entrevistados entendem que falar da cidadania implica fazer uma abordagem relacionada aos conceitos de Estado, democracia, participação, nacionalidade, entre outros. Os entrevistados salientaram ainda que a cidadania “é a ligação política e jurídica do indivíduo com o Estado, cumprindo os seus deveres”.

2. Temas sobre a cidadania

Os entrevistados apontaram o saneamento do meio, a justiça e a democracia, a prevenção de doenças, a participação no voto, os direitos e deveres dos cidadãos e símbolos da nação moçambicana, como os assuntos que mais se destacam no processo de aprendizagem nas suas escolas.

Estes dados remetem-nos ao pensamento que, por um lado, o nível de formação pode contribuir bastante para o domínio dos assuntos e, por outro lado, a cultura geral os ajuda para aquisição de conhecimento amplo sobre os aspectos inerentes à cidadania. Esta cultura geral é reforçada pelo meio urbano, onde vivem os entrevistados e os meios de comunicação contribuem bastante para a informação dos cidadãos.

3. Local de aprendizagem dos temas sobre a cidadania

Os alunos entrevistados afirmaram que estes assuntos foram aprendidos na Escola e outros na Igreja e na Família, sendo a escola o local com um maior destaque.

Ao abrigo dos Planos Curriculares dos Ensinos Básico e Secundário, advém de certa forma que os entrevistados não fizeram menção às instituições democráticas como conteúdos aprendidos na escola. Porém, o Sistema Nacional de Educação traduz-se em educação para a cidadania e, neste quadro, já prevê esses conteúdos como parte integrante do seu currículo.

4. Formas de exercício da cidadania

Os entrevistados disseram que exercem a cidadania participando no saneamento do meio, no processo eleitoral e, finalmente, exercem-no respeitando os símbolos nacionais.

5. Dificuldades no exercício da cidadania

Os entrevistados disseram que têm havido dificuldades no exercício da cidadania, a destacar: o analfabetismo; a ignorância; a existência de actos de corrupção; a pobreza; a falta de emprego e o crime que é associado à violência. Neste sentido, os entrevistados apontaram como factores negativos e, para isso, deveriam ser traçados mecanismos para ultrapassar essas dificuldades.

6. Sugestões para melhorar o exercício da cidadania

Os entrevistados sugeriram a criação de programas educativos sobre a Cidadania em Moçambique e divulgados em vários meios, para que os cidadãos tenham acesso a essas informações. Estes programas, irão permitir que os cidadãos adquiram conhecimento à volta da abordagem “cidadania”.

Ainda, os entrevistados sugeriram a inclusão de disciplinas específicas nos currículos do ensino primário, como secundário geral, com temáticas eminentemente sobre a cidadania, mas não de forma transversal.

III. Educadores Não-Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), Pais e Encarregados de Educação

1. Percepção do conceito de cidadania

Os religiosos (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas), disseram que a cidadania “*é compreender que os cidadãos têm direitos e deveres, e devem, igualmente, participar nas actividades sociais do País*”. Enquanto isso, os conselheiros de ritos de iniciação, pais e encarregados de educação entendem que a cidadania “*implica ser cidadão de algum País no qual existem tarefas que devem ser cumpridas por todos*”.

Em face destes resultados, podemos constatar que os entrevistados têm conhecimento sobre a cidadania. Assim, as confissões religiosas jogam um papel preponderante no trabalho social, isto é, no quadro da consciencialização da sociedade. Com estes conhecimentos, as instituições religiosas deverão desempenhar também o papel de transmissores de temas ligados a cidadania, àqueles que no quadro curricular são designados de transversais, porque a sua leccionação não se esgota na sala de aulas, devendo ser extensivos a estas instituições.

2. Os temas sobre cidadania na educação não-formal

Uma vez que as instituições religiosas participam na formação dos cidadãos, os entrevistados afirmaram que os assuntos mais abordados tem a ver com: saneamento do meio, deveres dos cidadãos, prevenção de doenças, participação dos cidadãos na solução dos problemas sociais. A maior parte das abordagens são de carácter religioso.

Importante a notar é que as congregações religiosas, pese embora assumir como papel os aspectos morais e espirituais, elas participam na consciencialização dos cidadãos em relação aos seus direitos e deveres dentro da sociedade, entendendo-se para tal que estes direitos e deveres afectam o modo de vida dos crentes (cidadão).

Os entrevistados afirmaram que nos ritos de iniciação, não existem espaços onde se façam abordagens de assuntos ligados à cidadania, senão os ensinamentos sobre os modos de vida de um cidadão na comunidade, as formas de convivência na família e no casamento e respeito pelos valores culturais.

Os entrevistados disseram também que constituem como matérias de ensino na educação não-formal, as seguintes: as tradições e valores culturais, os modos de vida de um cidadão cristão, princípios bíblicos (respeito a Deus, amor ao próximo, fidelidade conjugal, respeito aos mais velhos).

3. Importância dos temas sobre a cidadania na educação não-formal

Nesta perspectiva, os entrevistados disseram que os assuntos mencionados no *ponto 2*, são importantes para os jovens, na medida em que há deveres que o cidadão procura cumprir como um membro da sociedade, assim como a valorização e reconhecimento dessas abordagens, para que possam crescer reconhecendo que há uma tarefa a cumprir que se circunscreve na responsabilidade social e moral.

4. Contribuição do ensino não-formal para uma participação activa dos jovens na vida política e social do País

As instituições religiosas dão um grande contributo na formação do tecido social, daí a necessidade de perceber como as congregações religiosas contribuem para que os jovens possam participar na vida política e social do País. Assim, quando entrevistados sobre as contribuições dos religiosos no quadro da cidadania para que os jovens possam participar na vida política e social do País, afirmaram que as suas contribuições circunscrevem-se, sobretudo, na mobilização dos jovens para participar no desenvolvimento do País, assim como no cumprimento dos seus deveres como cidadãos.

Os entrevistados afirmaram também que as suas contribuições estão viradas para a formação da pessoa humana, na perspectiva que ela deve ser humilde, respeitosa e culta na sociedade. Resumidamente, os entrevistados disseram que

os fundamentais contributos são: consciencializar os cidadãos, principalmente os jovens, dos seus deveres e de direitos, impulsionar os cidadãos para a solidariedade e para a participação e gestão da coisa pública, ensinar o sentido de comunidade e de partilha, a insatisfação perante o que é injusto ou o que está errado, a vontade de aperfeiçoar e de servir, o espírito de inovação, enfim, boa conduta perante a sociedade.

5. Dificuldades na educação não-formal para a promoção da cidadania

Os entrevistados afirmaram que no processo de ensino não-formal têm enfrentado algumas dificuldades, nomeadamente: ignorância dos cidadãos, associado ao elevado índice de analfabetismo no seio da comunidade, falta de material didáctico à volta das matérias sobre a cidadania, diversidade cultural e divergência político-partidária.

Ainda os inquiridos colocaram como dificuldades no ensinamento sobre a cidadania, o nível de formação dos responsáveis das instituições religiosas que varia de EP1 e EP2. A falta de nível de escolaridade aceitável, torna também difícil transmitir eficazmente os conhecimentos sobre as matérias inerentes à cidadania, tanto nas igrejas, como nas famílias.

6. Sugestões para ultrapassar as dificuldades existentes

Como forma de ultrapassar as dificuldades existentes, os entrevistados sugeriram os seguintes aspectos: capacitar os líderes comunitários e religiosos em matérias ligadas a cidadania, como sejam a educação para os valores, o desenvolvimento do raciocínio moral e das atitudes democráticas; promover palestras sobre a cidadania, mobilizando os jovens a participar em programas governamentais; promover o ensino virado para a cidadania, concretamente na componente ético-moral, considerando os conteúdos relacionados com o desenvolvimento da responsabilidade social e moral e que enfatizem a formação do cidadão como agente moral. Ainda foram sugeridos, a inclusão no ensino da cidadania, os conteúdos relacionados com a participação na comunidade; integração dos assuntos de cidadania nos currículos das escolas religiosas (corânicas, dominicais e catequeses).

Desta forma, pode-se ver que os próprios líderes religiosos reconhecem que eles têm limitações quanto à abordagem sobre a cidadania e sentem a necessidade de serem apoiados para continuarem a fazer o seu trabalho de formação da sociedade.

IV. Estudantes do Ensino Não-Formal (alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escola dominical e de madraças)

Este grupo (alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escola dominical e de madraças), afirmou que não conhece o conceito de cidadania. Isto demonstra que nos ritos de iniciação, assim como nas igrejas, pouco se fala da cidadania. Se calhar, nunca percebem que as mensagens transmitidas pelos alfabetizadores ou mesmo os professores de escolas dominicais reflectem-se nos contornos da cidadania. É preocupante a posição dos estudantes do ensino não-formal, na medida em que os pastores de igrejas, assim como os professores de escolas dominicais, quando entrevistados alegaram que no processo de educação não-formal, há uma dose de informação respeitante à cidadania.

2. Temas sobre cidadania na educação não-formal

Os entrevistados não foram capazes de identificar os temas aprendidos sobre a cidadania, a partir do momento em que afirmaram não conhecer o conceito de cidadania. Desta forma, os entrevistados disseram que não sabem de concreto os temas que fazem parte da educação para cidadania no quadro da educação não-formal.

3. Formas de exercício da cidadania

Segundo as respostas dos inquiridos, há uma demonstração segundo a qual os entrevistados nunca se aperceberam que os actos por eles praticados constituem formas de exercício de cidadania. Desta forma, os entrevistados disseram que participam nos pleitos eleitorais, pagam os impostos e respeitam os símbolos da nação, mas nunca se aperceberam que estes actos constituem formas de exercício de cidadania.

4. Dificuldades no exercício da cidadania

A cidadania na educação não-formal é um processo que deve ser posta em atenção no nosso País. Entretanto, os entrevistados acentuaram que enfrentam algumas dificuldades para o seu exercício, sobretudo, devido aos seguintes factores: a ignorância; a falta de divulgação da informação respeitante à cultura cidadã; a não inclusão nas escolas dominicais e corânicas de conteúdos que abordem a cidadania.

Estes aspectos são assim afirmados, na medida em que os educandos não-formais, referiram a falta de conhecimento do conceito e das formas de exercício da cidadania.

5. Sugestões para melhorar o exercício da cidadania

Este grupo de entrevistados reconheceu a falta de conhecimento sobre a cidadania e as respectivas formas para o seu exercício, pese embora o exerça espontaneamente, sem portanto, saber que estão no exercício da cidadania. Foi este facto que levou os entrevistados a sugerir que se criem mecanismos de divulgação de informações sobre o exercício da cidadania, assim como a disponibilização de materiais como livros, brochuras e panfletos que abordem conteúdos ligados à cidadania.

Sugeriram também a introdução de conteúdos ligados ao exercício da cidadania nas escolas religiosas (escolas dominicais, nas catequeses e nas escolas corânicas), como forma de criar oportunidades para os cidadãos jovens adquirirem conhecimento à volta da matéria. Por exemplo, a justiça, a honestidade, a lealdade, a solidariedade, a verdade nas relações interpessoais e o pluralismo, entendido como tolerância e respeito pelas diferenças.

V. Jornalistas, Músicos e Actores de Teatro

1. Percepção do conceito de cidadania

No entendimento dos entrevistados, *“a Cidadania é um sentimento de fazer parte de uma nação onde o indivíduo tem os seus direitos e deveres”*. Afirmaram também que *“a cidadania está intimamente ligada à pessoa com os símbolos da nação, como a Bandeira Nacional, o Emblema e o Hino Nacional, identificando-a como patriota”*.

2. Temas promovidos pelos jornalistas, músicos e actores de teatro no quadro da cidadania

Os entrevistados apontaram o pagamento de impostos; participação no saneamento do meio; o respeito pelos símbolos da nação; promoção da justiça; respeito pelos direitos humanos e participação no voto; como assuntos mais destacados no âmbito da promoção da cidadania. Segundo eles, estes aspectos expressam o sentimento de pertença do cidadão a uma nação.

3. Dificuldades encontradas na promoção da cidadania

Os entrevistados afirmaram que são várias as dificuldades que emperram o processo da promoção da cidadania: falta de informação sobre formas de exercício da cidadania; falta de divulgação dos direitos e deveres dos cidadãos; fraca participação dos cidadãos na vida política do País e, finalmente, falta de uma convivência harmoniosa entre os vários grupos político-partidários.

4. Sugestões para melhorar a promoção da cidadania

De acordo com os entrevistados, existe a necessidade de melhorar a forma de promover a cidadania no meio em que estão inseridos. Para que isso aconteça, foram avançadas algumas propostas, nomeadamente: informar os cidadãos dos seus direitos e deveres; sensibilizar as populações para participarem na vida sócio-política do País; os governantes devem respeitar a Lei da Imprensa; os Direitos Humanos devem ser respeitados e preservados e, finalmente, envolver os cidadãos na resolução de problemas locais/comunidade.

PARTE II

II. DISTRITO DE RIBÁUÈ

Entrevistados por categoria e sexo

O estudo sobre os espaços de promoção da cidadania na educação formal e não-formal teve abrangência no distrito de Ribáuè – distrito que possui uma componente tradicional muito forte, onde, por exemplo, o predomínio dos rituais tradicionais é forte. Tem uma rádio comunitária muito abrangente, que joga um papel muito importante na divulgação de informação, bem como na formação de cidadãos em matéria de educação cívica. Há uma relativa predominância de cristãos, tanto católicos, como evangélicos.

Neste quadro, foram entrevistados Docentes, Técnicos Distritais de Alfabetização e Educação de Adultos e da Secção Pedagógica, Gestores do Internato e de Recursos Humanos. Estes constituem a primeira categoria de entrevistados neste estudo. Há um largo conhecimento na área de educação, para esta categoria de entrevistados, daí a sua selecção para dar o seu contributo.

Na segunda categoria de entrevistados figuram, como alvos do estudo, os Estudantes do Ensino Eormal, sendo eles do EP1, EP2, ESG1 e ESG2.

A terceira categoria é constituída por Educadores Não-Formais (catequistas da igreja católica, educadores de escola dominical de igrejas evangélicas, crentes islâmicos e mwalimos, pais e encarregados de educação e conselheira de ritos de iniciação).

O quarto grupo de entrevistados é constituído por Educandos do Ensino Não-Formal entre jovens e adolescentes alfabetizandos, iniciados, catecúmenos, alunos das escolas dominicais e de madraças.

A quinta e última categoria de entrevistados foi de Jornalistas/Locutores da Rádio Comunitária e um actor de teatro.

Quadro 2: Categoria de Entrevistados por Sexo – Ribáué

Ord.	Categorias de Entrevistados	Total por Sexo	
		Masc	Fem.
01	Docentes, Técnicos Distritais de Alfabetização e Educação de Adultos, e da Secção Pedagógica, Gestores do Centro do Internato e de Recursos Humanos e Alfabetizadores	7	1
02	Estudantes do Ensino Formal	9	9
03	Educadores Não-Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), pais e encarregados de educação	8	12
04	Estudantes do Ensino Não-Formal (alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escola dominical e de madraças)	11	7
05	Jornalistas, Locutores e Actor de Teatro.	5	1

Fonte: o autor

I. Percepções dos Docentes, Técnicos distritais de Alfabetização e Educação de Adultos e da Secção Pedagógica, Gestores de Centro Internato e de Recursos Humanos

1. Percepção do conceito de cidadania

Quando questionados sobre a percepção do conceito de cidadania, os entrevistados, disseram de uma forma unânime que “é algo que tem a ver com o gozo de direitos e o cumprimento de deveres dos cidadãos, dentro da sua pátria”. Os entrevistados admitiram que esta percepção trazem do informal, isto é, ouvem falar, não tendo um conceito científico de cidadania.

2. Temas sobre cidadania que fazem parte do currículo escolar

Os entrevistados apontaram a unidade nacional e os símbolos nacionais, como assuntos ligados à cidadania que fazem parte do currículo escolar. Pois, um dos objectivos gerais do Sistema Nacional de Educação estabelece o quadro

da Educação para a Cidadania, a educação da criança, jovens e adultos para o respeito pelos órgãos e símbolos de soberania nacional. Ainda os objectivos estabelecem que é fundamental educar a criança, o jovem e o adulto para o espírito da unidade nacional (videm alíneas f) e g) dos Objectivos Gerais do Sistema Nacional de Educação).

3. Importância dos temas sobre cidadania para o desenvolvimento curricular

Os entrevistados argumentaram que os assuntos ligados à cidadania acima propostos, são importantes para o desenvolvimento do currículo escolar, porque reflectem aspectos gerais da vida do cidadão e, permitem dar uma visão ampla dos aspectos ligados à pátria. Argumentaram que o aluno deve saber que é cidadão e reconhecer os símbolos do seu País.

Os entrevistados afirmaram que seria importante que fossem incluídos nos currículos escolares matérias relacionadas com as instituições democráticas, justiça, para que os alunos comecem desde cedo a ter a noção dos aspectos ligados à cidadania e estejam sensibilizados para respeitarem os princípios democráticos que norteiam o País.

Os entrevistados afirmaram ainda que seria importante a introdução de uma cultura jurídica nas escolas, na medida em que os alunos teriam noções básicas sobre os seus direitos e deveres, para além de saber o que os caracteriza como cidadão moçambicano.

4. Disciplinas com conteúdos de cidadania

Os entrevistados afirmaram que as matérias ligadas à cidadania, ao nível do currículo escolar, enquadram-se directamente nas disciplinas de Educação Moral e Cívica, História e, de forma indirecta, nas disciplinas de Português. Os mesmos assuntos são mais abordados, de uma forma geral, nos níveis de EP1 a ESG.

Decerto, a educação moral e cívica tem um carácter psicopedagógico e possuem um carácter transversal. As razões que ditaram a consagração da Educação Moral e Cívica têm a ver com o estágio de formação da personalidade do indivíduo. Os alunos do ensino básico, sendo adolescentes, requerem um maior acompanhamento e aconselhamento mais direccionado ao respeito de valores morais, cívicos, patrióticos e espirituais. Quanto à disciplina de História, ajuda aos alunos a reconstruir o passado e prepará-los para o exercício da cidadania.

5. Domínio dos conceitos ligados à cidadania

Os entrevistados afirmaram que existe pouco domínio das abordagens sobre a cidadania, a partir do momento em que o conceito da cidadania não é do alcance de muitos alunos. Desta forma, afirmaram ainda que são poucos os casos de alunos que fazem referência desses conceitos.

Pode-se considerar que esta situação tenha a ver com a forma como as matérias sobre a cidadania são leccionadas. Sendo leccionadas de forma transversal, poderá não trazer motivação para os alunos, por não constituírem como disciplinas curriculares.

6. Relação entre o ensino formal e o nível de conhecimento que os alunos têm sobre os seus direitos e deveres

Na opinião dos entrevistados, existe uma relação entre o ensino formal e o nível de conhecimento que os cidadãos têm sobre os seus direitos e deveres. Os entrevistados fundamentaram que o conhecimento que trazem da família ou da igreja é complementado no ensino formal e este reconhece e valoriza o que é aprendido fora dele. O ensino formal, muitas das vezes, vem a capitalizar e estruturar o conhecimento que o aluno traz da família ou da igreja, ou mesmo de outros espaços menos formais, tais como os círculos de interesse, encontros juvenis, clubes, entre outros agrupamentos.

7. Contribuição do ensino formal para uma participação activa de jovens na vida política e social do País

Na óptica dos educadores, o ensino formal contribui para que os jovens possam participar activamente na vida política e social do País, na medida em que o ensino serve de base para que os alunos possam adquirir conhecimentos variados, para que eles sejam hábeis e conheçam o seu papel dentro da sociedade. Os entrevistados acrescentaram ainda que o ensino dos símbolos nacionais é primordial, porque dá aos alunos a possibilidade de caracterizar o seu próprio País.

8. Dificuldades de promoção da cidadania no ensino formal

Os entrevistados constataram que há dificuldades para a promoção de cidadania. Apontaram os seguintes obstáculos para promoção da cidadania no ensino formal: a difícil mudança de atitudes por parte dos alunos, na medida em que eles

trazem culturas diferentes das suas famílias tornando difícil engendrar novos conhecimentos; má conduta de alunos; insuficiência de recursos materiais e humanos para o processo de ensino e aprendizagem das matérias relativas à cidadania.

9. Sugestões para ultrapassar as dificuldades

Os entrevistados acham ser fundamental a introdução de matérias ligadas à cidadania nas escolas, sugerindo para o efeito, os seguintes aspectos como forma de ultrapassar as dificuldades anteriormente apresentadas: introdução de disciplinas específicas que abordem assuntos da cidadania; introdução da disciplina de educação política; leccionar matérias ligadas à cidadania nos centros de formação a todos os níveis e introduzir disciplinas específicas que versam sobre o empreendedorismo.

II. Estudantes do Ensino Formal

1. Percepção do conceito de cidadania

Os entrevistados do ESG entendem a cidadania “*como o direito de voto*”. Disseram também que a cidadania implica “*ser cidadão e gozar os direitos e cumprir as respectivas obrigações*”. Os entrevistados foram ainda de opinião que cidadania corresponde “*ter o respeito pelos símbolos nacionais*”.

Enquanto isso, os estudantes do nível primário, do primeiro e segundos graus, afirmaram que não sabem do conceito da cidadania.

2. Temas sobre cidadania

Os entrevistados apontaram o saneamento do meio, prevenção de doenças endémicas, símbolos nacionais, a participação no voto, direitos e deveres dos cidadãos e a participação na solução dos problemas da comunidade, como os assuntos que fazem parte do currículo escolar e, conseqüentemente, tenham aprendido.

Os assuntos menos aprendidos pelos estudantes do ensino formal, são os que têm a ver com as instituições democráticas e a justiça .

Contudo, estes assuntos são leccionados de forma transversal, tendo em observância aos Objectivos Gerais do Sistema Nacional de Educação, como sejam a prevenção de doenças, a promoção dos direitos humanos, direitos e deveres dos cidadãos, respeito pelos órgãos do Estado e símbolos da pátria, amor à pátria e outros assuntos patrióticos.

3. Local de aprendizagem dos temas sobre cidadania

Os estudantes do ensino formal apontam a escola e a família como locais onde aprenderam assuntos apontados no *ponto 2*. Os entrevistados afirmaram que a escola é um local onde frequentemente se fala mais das abordagens relacionadas à cidadania. Salientaram ainda que essas temáticas não se aprendem nos ritos de iniciação, nem nas mesquitas.

4. Formas de exercício da cidadania

Os entrevistados do ensino formal afirmaram que exercem a cidadania participando no hino nacional, respeitando os símbolos nacionais e participando nas jornadas de saneamento do meio. Apontaram também a participação no voto, para o caso de estudantes com idades igual ou maior de 18 anos e, finalmente, exercem a cidadania respeitando as leis.

5. Dificuldades no exercício da cidadania

Para os estudantes do ensino primário (EP2), apontaram que a grande dificuldade no exercício da cidadania circunscreve-se no facto dos cidadãos no geral não possuírem o domínio do conceito da cidadania.

Os entrevistados no geral, invocaram que a dificuldade do exercício da cidadania reside no facto de não se dar muito valor aos símbolos nacionais e, nem o hino nacional, como algo de afirmação do cidadão moçambicano.

6. Sugestões para melhorar o exercício da cidadania

Os entrevistados apontaram as seguintes sugestões para ultrapassar as dificuldades existentes no exercício da cidadania: realização de palestras nas escolas e nas comunidades, com vista a sensibilização dos cidadãos, assim como a inclusão nos currículos escolares de disciplinas ligadas à cidadania, com cargas horárias específicas, ao invés da actual abordagem da transversalidade das matérias sobre cidadania.

Salientaram também que seria importante a introdução dessas abordagens a partir da primeira classe, para que os alunos cresçam com este tipo de conhecimento.

III. Educadores Não-Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), Pais e Encarregados de Educação

1. Percepção do conceito de cidadania

Houve várias opiniões destes entrevistados em relação ao conceito de cidadania. A opinião consensual dos catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, pais encarregados de educação, foi que “a cidadania significa a participação activa na vida da sociedade”. Os mwalimos e os conselheiros de ritos de iniciação, afirmaram que não conhecem o conceito, somente ouvem falar de cidadania.

2. Temas sobre cidadania na educação não-formal

Os formadores do ensino não-formal, quer da igreja católica, quer das igrejas evangélicas, pais e encarregados de educação, destacaram o saneamento do meio, direitos e deveres do cidadão, a prevenção de doenças endémicas e participação no voto, como parte das matérias curriculares nas instituições não formais do ensino (igrejas, família, etc).

Os entrevistados alegaram também que há sempre uma tendência de abordar nas escolas dominicais, os temas como justiça e democracia.

Os mwalimos, assim como os mestres de ritos de iniciação afirmaram que as matérias respeitantes à cidadania não são tratadas nas mesquitas e/ou escolas corânicas, nem nos ritos de iniciação.

3. Importância dos temas sobre a cidadania na educação não-formal

Os formadores do ensino não-formal, isto é, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, pais encarregados de educação, foram unânimes em considerar que as abordagens sobre a cidadania, referidas no ponto 2, são importantes, porque ajudam aos alunos a inserirem-se na sociedade, conhecendo os direitos e os deveres a eles adstritos.

Os entrevistados fundamentaram que se o cidadão não conhece os seus direitos e deveres implica viver na obscuridade dentro da sociedade.

4. Contribuição do ensino não-formal para uma participação activa de jovens na vida política e social do País

Os inquiridos afirmaram que o ensino não-formal contribui em grande medida na educação de jovens, para que eles tenham uma conduta digna na

sociedade e se envolvam nos processos de edificação da sociedade. Por isso, as igrejas no geral, abordam matérias relacionadas à educação cívica e moral e, estas têm muita predominância nos currículos do ensino não-formal, concretamente nas esolas dominicais, corânicas e nas catequeses. Sustentaram que as crianças, para além de aprenderem como orar, aprendem também como respeitar o próximo, o bem comum e as formas de inter-ajuda na comunidade. Em suma, boa conduta na sociedade.

5. Dificuldades na educação não-formal para a promoção da cidadania

Os entrevistados (educadores não-formais), apontaram como dificuldades para a promoção da cidadania as seguintes: falta de um currículo especial para abordagens sobre a cidadania; aumento dos níveis de ignorância das comunidades, obstaculizando desta forma a promoção da cidadania; a dificuldade de inculcar os conceitos sobre a cidadania, porque o nível de percepção é menor; os partidos políticos deveriam ser os promotores da cidadania e unidade nacional ao invés de fomentarem o divisionismo no seio das populações, pondo em causa, o conceito de cidadania moçambicana e, a falta de uma preparação dos educadores não-formais e, para tal, dificuldades de disseminar os conteúdos inerentes à cidadania nas comunidades.

6. Sugestões para ultrapassar as dificuldades

Como sugestões para se ultrapassar essas dificuldades, os entrevistados propõem a realização de palestras sobre a cidadania em locais públicos, incluindo nas igrejas e, a realização de campanhas de sensibilização para que os cidadãos participem activamente na vida sócio-política da nação moçambicana.

IV. Estudantes do Ensino Não-Formal (alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escolas dominicais e de madraças)

1. Percepção do conceito de cidadania

Os alfabetizandos, os catecúmenos e alunos de escolas dominicais, disseram que cidadania “é algo ligado ao direito do cidadão num determinado território ou comunidade”. Enquanto tal, os adolescentes e jovens já iniciados e os alunos de madraças, afirmaram que não conhecem o conceito de cidadania.

2. Temas aprendidos sobre cidadania

Os entrevistados (os alfabetizandos, os catecúmenos e alunos de escolas dominicais), aprendem matérias relacionadas ao direito de participar no voto, pagamento de impostos, democracia e respeito pela lei. Os adolescentes e jovens já iniciados e os alunos de madraças, afirmaram que nos ritos de iniciação e madraças, as abordagens sobre a cidadania não são tratadas.

3. Local de aprendizagem dos temas sobre cidadania

Os alfabetizandos, alunos de escolas dominicais, das igrejas evangélicas e catecúmenos afirmaram que os temas referidos no *ponto 2*, são aprendidos tanto na igreja, como na família. Porém, o grosso modo destes assuntos são leccionados nas escolas.

4. Formas de exercício da cidadania

Os entrevistados (os alfabetizandos, os catecúmenos e alunos de escolas dominicais), afirmaram que exercem a cidadania respeitando a bandeira nacional, votando (para os que têm maior de 18 anos) e, cumprindo os ensinamentos dos mais velhos e os princípios da vida cristã.

5. Dificuldades encontradas no exercício da cidadania

Os entrevistados apontaram as seguintes dificuldades no exercício da cidadania: falta de material para tratar matérias à volta da cidadania; os alfabetizadores não têm conhecimentos aprofundados sobre as matérias inerentes à cidadania; os educadores de escolas dominicais, assim como os catequistas, fazem as abordagens de uma forma superficial, não aprofundando as temáticas sobre a cidadania; falta de informação sobre os aspectos da vida social e política do País, ausência de espaços nos ritos de iniciação para abordagens sobre cidadania

6. Sugestões para ultrapassar as dificuldades

Como formas de ultrapassar estas dificuldades, os entrevistados sugeriram a realização de palestras sobre a educação cívica e moral, não só para os alunos do ensino não-formal, como também para a comunidade em geral.

V. Jornalistas, locutores e Actores de Teatro

1. Conceito de cidadania

Os jornalistas e locutores da rádio comunitária local e o único actor de teatro, disseram quando entrevistados que a cidadania tem “*a ver com a vida de um cidadão no meio social onde ele está inserido, sobretudo no cumprimento de deveres e direitos*”.

2. Temas promovidos pelos jornalistas, locutores e actor de teatro no quadro da cidadania

Os entrevistados, entre os jornalistas/locutores, afirmaram que têm feito campanhas de sensibilização às comunidades, com o intuito de elas exercerem o seu direito de voto, pagar o imposto, ao passo que o actor de peças teatrais afirmou que promove os seguintes temas acerca de cidadania: o saneamento do meio; prevenção de doenças; os símbolos da nação e a justiça. Afirmou também que estes temas são promovidos através de teatro.

3. Dificuldades dos jornalistas/locutores para a promoção da cidadania

Tanto para os jornalistas/locutores, quer para o actor de peças teatrais, defenderam a insuficiência de meios materiais, o que os limita a produzir informações suficientes para sensibilizarem as comunidades. Focaram ainda do curto raio da rádio local.

4. Sugestões para ultrapassar as dificuldades

Como formas de ultrapassar as dificuldades apontadas, os entrevistados sugerem a massificação de campanhas de sensibilização para a promoção de cidadania, que deve ser feita através de órgãos de informação (rádios comunitárias e jornais locais), teatro, dança e a música. As palestras, seria outra fonte de fazer chegar as mensagens sobre os direitos e deveres dos cidadãos.

As palestras deveriam ser feitas nas escolas, igrejas, nas madraças/mesquitas, mercados e outros locais de maior concentração populacional.

PARTE III

DISTRITO DE MOGOVOLAS

Categoria de Entrevistados por Sexo

O estudo sobre os espaços de promoção da cidadania na educação formal e não-formal teve abrangência no distrito de Mogovolas, Província de Nampula, distrito com uma forte componente em alfabetização, onde destacamos os programas de alfabetização levados a cabo por algumas ONGs no âmbito do desenvolvimento comunitário. O distrito possui uma forte componente tradicional.

Neste quadro foram entrevistados o chefe da Secção Pedagógica do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia, Director da Escola Secundária, Professores e Alfabetizadores, considerada como primeira categoria de inquiridos neste estudo. Este grupo sendo de profissionais de educação, contribuiu de forma precisa neste estudo.

Na segunda categoria de entrevistados foram como alvos do estudo, os Estudantes do Ensino Formal.

A terceira categoria é constituída por Educadores Não-Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), Pais e Encarregadores de Educação.

O quarto grupo de entrevistados foi de Estudantes do Ensino Não-Formal (alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escolas dominicais e de madraças). A quinta e última categoria de entrevistados, foi de Músicos e Actores de Teatro.

Quadro 3: Categoria de Entrevistados por Sexo – Mogovolas

Ord.	Categorias de Entrevistados	Total por Sexo	
		Masc	Fem.
01	Chefe da Secção Pedagógica de Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia, Director da Escola Secundária, Professores e Alfabetizadores	8	1
02	Estudantes do Ensino Formal	5	2

03	Educadores Não-Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), Pais e Encarregados de Educação	11	1
04	Estudantes do Ensino Não-Formal (alfabetizando, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escola dominical e de madraças)	9	9
05	Músicos e Actores de Teatro	2	0

Fonte: o autor

I. Percepções dos Gestores de Secção Pedagógica do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia, da Escola Secundária, Professores e Alfabetizadores.

1. A percepção do conceito de cidadania

Para este grupo de entrevistados (Chefe de Secção Pedagógica de Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia, Director da Escola Secundária, Professores e Alfabetizadores), afirmou que o conceito de cidadania tem a ver com a unidade nacional, os símbolos nacionais e o meio ambiente. Salientou também que o conceito de cidadania circunscreve-se no desenvolvimento comunitário, liderança comunitária, participação política. Os entrevistados afirmaram ainda que a cidadania promove a tolerância entre as pessoas, respeito a língua portuguesa, condição primordial de unidade nacional.

2. Temas que fazem parte do currículo escolar

Os entrevistados declararam que as matérias que fazem parte do conceito de cidadania e constituem parte integrante dos currículos escolares, são a unidade nacional; os símbolos nacionais; o meio ambiente e o desenvolvimento comunitário.

Foram menos destacados pelos entrevistados, os assuntos relacionados com a liderança comunitária; a participação política; a justiça; a democracia e as instituições democráticas.

Porém, apesar de não haver domínio do conceito de cidadania, observa-se que há uma certa preocupação com os assuntos a ela relacionados, na

medida em que grande parte deles fazem parte do currículo escolar, no quadro dos objectivos gerais do Sistema Nacional de Educação. Provavelmente que estejamos perante uma situação em que as instituições de ensino apenas estão empenhadas a leccionar as matérias, porque fazem parte do currículo, sem se preocuparem com os aspectos conceptuais da vida da pátria.

3. A importância dos temas para o desenvolvimento curricular.

Os entrevistados julgaram que os conteúdos relacionados com a cidadania são importantes, porque asseguram que os alunos estejam informados dos seus direitos e deveres, estejam preparados para participarem no desenvolvimento sócio-económico da comunidade e habilita os estudantes para participarem activamente na vida política do País.

Os entrevistados alegaram também que a importância dos assuntos reeferidos no *ponto 2*, circunscrevem-se no incremento do conhecimento dos alunos, onde possam adquirir a cultura de preservação do meio ambiente, respeito pelos órgãos e símbolos de soberania nacional, para além do amor á pátria, orgulho e respeito pela tradição e cultura moçambicana.

4. Disciplinas com conteúdos de cidadania

Os entrevistados afirmaram que os conteúdos de cidadania são abordados nas disciplinas de História, Português e Ciências Sociais e Biologia. As mesmas são leccionadas desde os níveis do EP1 à ESG2.

5. Domínio dos conceitos ligados à cidadania

Os entrevistados afirmaram que há um domínio aceitável dos conceitos por parte de alunos em relação aos conceitos ligados à cidadania. Disseram que este aspecto não é geral, mas tem-se notado na maior parte de alunos, principalmente do Ensino Secundário. É neste quadro, que afirmaram que alunos trazem algum conhecimento superficial sobre o tema de cidadania, adquirido na família ou através dos meios de comunicação como rádio e televisão e cartazes. Contudo, o papel do ensino é incrementar esse conhecimento proporcionando ao aluno um desenvolvimento integral e harmonioso através de um conjunto de competências: habilidades, atitudes e valores articulados em todas as áreas de aprendizagem.

6. *Relação entre o ensino formal e o nível de conhecimento que o aluno tem sobre os seus direitos e deveres*

Os entrevistados indicaram que há relação entre o ensino formal e o nível de conhecimento que o cidadão tem sobre os seus direitos. Os entrevistados argumentaram que estes aspectos são de alguma forma tratados na família e complementados no ensino formal. Os entrevistados tomaram como base de sustentação da sua resposta, o facto da existência da alfabetização de adultos que já têm conhecimento, mas de uma forma não estruturada. Ainda, os alfabetizados revelam algum conhecimento e experiência nos assuntos abordados ao longo do ensino e aprendizagem, apesar de não terem tido antes oportunidade de frequentarem a escola.

Portanto, o papel da escola é fazer com que o aluno estabeleça relações entre a informação que traz de casa e a que recebe na escola, para que ele possa construir sua visão do mundo e, por outro, tornar o currículo mais coerente no que diz respeito à sua relação com o meio natural e social.

7. *A contribuição do ensino formal para uma participação activa dos jovens na vida política e social do País*

Os entrevistados responderam que o ensino formal contribui bastante para que os jovens possam participar na vida política e social do País, na medida em que ao inculcar-se aspectos relacionados com os deveres e direitos do cidadão, desenvolvimento comunitário e meio ambiente, fornece aos jovens uma base para a sua edificação moral e cívica. Estes conceitos básicos estimulam os jovens a desenvolver uma atitude pro-activa perante a sociedade.

8. *Dificuldades de promoção da cidadania no ensino formal*

Os entrevistados apontaram como dificuldades existentes no sistema de educação para promover a cidadania: Professores sem capacidade para leccionarem matérias ligadas à cidadania e falta de material (manuais específicos) para estas matérias, aliados a outros factores como: as passagens automáticas que não encorajam os alunos a se empenharem para adquirirem conhecimento nesta matéria; os conflitos nas estruturas e lideranças comunitárias, tradicionais e político-partidárias.

9. *Sugestões para ultrapassar as dificuldades apontadas*

Como forma de ultrapassar estes problemas, os entrevistados sugerem que seja levado a cabo um programa de formação e capacitação dos professores

na matéria relacionada a cidadania; disponibilização de material específico e adequado sobre a cidadania. Os entrevistados sugeriram também que os currículos devem incorporar temáticas sobre a educação política. Os entrevistados afirmaram que o aumento dos centros de educação de adultos, seria uma das formas de ultrapassar as dificuldades existentes para a promoção da cidadania a todos os níveis de ensino.

Incentivar a colaboração directa entre a educação formal e não-formal, criar conselhos de escolas que envolvam vários actores (líderes comunitários, pais e encarregados de educação), visando melhorar a qualidade e o processo de ensino e aprendizagem, o qual deverá incluir os aspectos de cidadania.

II. Estudantes do Ensino Formal

1. Percepção do conceito de cidadania

Os estudantes do ensino formal foram de opinião que a cidadania “*é o exercício dos direitos e deveres de um cidadão de determinado País, no caso vertente de Moçambique*”.

Os entrevistados conceituaram ainda que a cidadania “*é o conjunto de normas que os cidadãos cumprem na sociedade*”. Nota-se que os estudantes têm alguma percepção do conceito de cidadania, o qual poderá ter sido adquirido em outras fontes, como nos convívios, órgãos de informação, amigos e, mesmo dentro da família.

2. Temas sobre cidadania

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que os temas como a participação no voto; o saneamento do meio; direitos e deveres dos cidadãos; a participação na solução de problemas da comunidade; a prevenção de doenças endémicas e símbolos nacionais, são um leque de assuntos já aprendidos. Porém, os entrevistados, excluíram os temas relacionados com as instituições democráticas; a justiça; a democracia e pagamento de impostos.

Contudo, há um aspecto a considerar na medida que um dos objectivos do Sistema Nacional de Educação traduz-se na Educação para a Cidadania. É neste quadro que o Sistema Nacional de Educação insere-se em educar a criança, o jovem e o adulto para o espírito da unidade nacional, paz, tolerância, democracia, solidariedade e respeito pelos direitos humanos, em particular

direitos da mulher e da criança. Sendo assim, entende-se que as matérias ligadas a cidadania são abordadas de uma forma transversal sem um aprofundamento, daí a dificuldade dos alunos em aperfeiçoar.

3. Local de aprendizagem

Os estudantes do ensino formal, apontam a escola e a família como locais onde aprenderam assuntos apontados no *ponto 2*. Os entrevistados afirmaram que a escola é um local onde frequentemente se fala das abordagens relacionadas à cidadania.

4. Formas de exercício da cidadania

Os entrevistados disseram que exercem a cidadania de várias formas: através do exercício do direito ao voto; através de pagamento dos impostos; através de participação em reuniões, palestras e nas jornadas de trabalho no distrito.

5. Dificuldades no exercício da cidadania

De acordo com os entrevistados, são várias as dificuldades que se deparam no processo da promoção da cidadania e avançam algumas, como conflitos político-partidários: os jovens são conotados como apoiantes do partido no poder ou da oposição; falta de material didático específico para abordar matérias sobre a cidadania; falta de professores capacitados no domínio destes conteúdos; violação dos direitos do cidadão; a corrupção que limita o exercício pleno da cidadania; a falta de oportunidades de acesso ao emprego, o que influencia de forma negativa ao exercício da cidadania, frustrando assim a camada jovem.

6. Sugestões para melhorar o exercício da cidadania

Como forma de melhorar o exercício da cidadania, os entrevistados avançaram como sugestões: promover seminários e palestras nas escolas, nas comunidades e nas igrejas/mesquitas, com o objectivo de divulgar os princípios da cidadania; capacitar os professores em matéria de cidadania. Os entrevistados salientaram ainda que o período de concentração dos alunos, antes do início das aulas, deveria ser igualmente aproveitado para abordar algumas questões ligadas à cidadania.

III. Educadores Não-Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), Pais e Encarregados de Educação

1. Percepção do conceito de cidadania

Os educadores não-formais entendem a cidadania como “o conjunto de pessoas que vivem juntas numa determinada zona ou País”; afirmaram ainda que cidadania “é viver no território de uma nação e gozar todos os direitos dessa mesma nação”.

Os entrevistados disseram ainda que a cidadania “significa um indivíduo que pertence a uma determinada nação, ter acesso à saúde e educação”; avançaram ainda que a cidadania “é um conjunto de direitos e deveres”.

Este grupo de entrevistados afirmou ainda que a cidadania implica “o exercício do cidadão dos seus direitos e deveres, através do voto”.

2. Temas sobre cidadania na educação não-formal

Os entrevistados fizeram referência, de uma forma geral, os deveres do cidadão; o saneamento de meio; a prevenção de doenças endémicas; o pagamento de impostos, a participação no voto e a participação na solução de problemas da comunidade.

Os entrevistados (pastores das igrejas e padres, mwalimos), referiram que as igrejas apenas sensibilizam os seus fiéis para que respeitem os órgãos de soberania. Por isso, as matérias como símbolos da nação moçambicana; instituições democráticas; justiça e democracia; como assuntos ligados a cidadania, não fazem parte dos ensinamentos na igreja/madraça.

3. A Importância dos temas na educação não-formal

Os entrevistados disseram que todos os conteúdos abordados na igreja, dos mencionados no *ponto 2*, são importantes, no sentido de que consolidam as mensagens que os jovens trazem a partir da família. Por outro lado, estes conteúdos reafirmam que os jovens têm deveres na sociedade e gozam determinados direitos.

Os entrevistados afirmaram também que os conteúdos abordados à volta da cidadania reforçam os jovens para pautarem por condutas de respeito dos direitos do próximo e preservar o bem comum.

Os entrevistados apontaram a prevenção e mitigação de doenças, como

HIV/SIDA, educação moral e cívica e a cultura de empreendedorismo, como assuntos adicionais aos ensinamentos na esfera religiosa. As igrejas têm como directrizes, os ensinamentos religiosos, princípios bíblicos e os mandamentos da Lei de Deus.

Os mestres de ritos de iniciação disseram que não abordam assuntos ligados a cidadania nos seus ensinamentos, senão preparar os jovens como futuros responsáveis da família e a conduta que devem enveredar na comunidade, assim como o respeito pelos valores culturais.

4. Contribuição do ensino não-formal para uma participação activa dos jovens na vida política e social do País

Os mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas e os pastores de igrejas, afirmaram que a igreja não se envolve em assuntos políticos. Entretanto, prepara os jovens para uma auto-afirmação económica e social e respeito pelo sociedade. Ainda a igreja tem a missão de chamar atenção aos seus fiéis, principalmente a camada jovem, da necessidade de se auto-afirmarem como indivíduos, respeitando, sobretudo, os valores morais que norteiam a sociedade.

5. Dificuldades na educação não-formal para a promoção da cidadania

Os entrevistados afirmaram que tem havido dificuldades na promoção da cidadania, pese embora, os assuntos ligados a cidadania encontrem também seu enquadramento na bíblia. No entanto, focaram as seguintes dificuldades: falta de material didáctico, que permitiria a transmissão dos assuntos de cidadania; falta de aderência de alunos nas escolas das instituições religiosas; o não acatamento de jovens, dos ensinamentos dos mais velhos, optando por atitudes de má conduta, muitas vezes estimulados pelas coisas “mundanas”; a delinquência juvenil; a falta de emprego, o que cria uma certa frustração nos jovens que acabam tornando-se delinquentes.

6. Sugestões para ultrapassar as dificuldades

Como forma de melhorar o exercício da cidadania, os entrevistados deram as seguintes sugestões: a expansão da evangelização para pessoas espiritualmente carentes, sensibilizando-as para uma mudança de atitude, para que possam viver dignamente na sociedade; disponibilidade de material específico que permita a transmissão de assuntos ligados à cidadania; harmonização e complementaridade da mensagem passada aos jovens nas instituições de ensino formal e não-formal,

com relação aos aspectos de cidadania; estabelecer mecanismos de traduzir o ensino da cidadania em ações práticas, pois, por um lado, facilita a aprendizagem e, por outro, seria uma forma de ocupar os jovens; maior espaço de diálogo aberto, franco e constante entre pais e filhos, sobre os seus deveres e direitos (conversa à volta da lareira) e, promoção de seminários e palestras para os educadores não-formais por forma a capacitá-los na transmissão de assuntos relacionados à cidadania.

IV. Estudantes do Ensino Não-Formal (alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos da escola dominical e de madraças)

1. Percepção do conceito de cidadania

Quando entrevistados sobre a percepção que têm sobre o conceito de cidadania, os alfabetizandos afirmaram que *“não sabem definir o conceito de cidadania e que nunca ouviram falar”*. Enquanto tal os catecúmenos apresentaram diferentes formas de entendimento deste conceito, nos seguintes termos: *“é uma forma de viver de acordo com as normas de uma cidade ou País em geral”*. Disseram ainda que a cidadania *“é o conjunto de normas legais que as pessoas seguem no seu País para poderem-se organizar e viver de forma harmoniosa”*. Alegaram também que a cidadania *“é o conjunto de pessoas que vivem numa determinada região e exercem seus direitos”*. Finalmente, os catecúmenos disseram que cidadania *“é o direito que as pessoas têm dentro do seu País”*.

Para os adolescentes e jovens iniciados, a cidadania significa *“um conjunto de direitos que uma pessoa tem na sua pátria, obedecendo ao seu Estado”*. Os entrevistados afirmaram também que a cidadania *“é todo o sistema de direitos e deveres que os cidadãos têm, mas com obediência as leis emanadas dentro da sociedade”*.

Um aspecto a notar é o facto dos alfabetizandos terem dito simplesmente que nunca ouviram falar da cidadania. Esta resposta não deixa de ser preocupante, mostrando para o efeito, a necessidade de ser empreendido um esforço pelos alfabetizadores no sentido de começar a leccionar as matérias ligadas à cidadania, para que os seus alfabetizandos tenham, no plano de fundo, a consciência de deveres e de direitos, o impulso para a solidariedade e para a participação, o sentido da comunidade e de partilha, a insatisfação perante o que é injusto ou o que está errado dentro da sociedade em que vivem.

2. Temas aprendidos

Os entrevistados (catecúmenos e jovens iniciados), indicaram como temas aprendidos, nomeadamente: o saneamento do meio; o pagamento de impostos; os direitos e deveres dos cidadãos; a prevenção de doenças endémicas; a participação na solução dos problemas da comunidade; a participação no voto e os símbolos da nação moçambicana. Enquanto isso, os temas sobre as instituições democráticas, justiça e democracia, não foram referidos.

3. Local de aprendizagem dos temas sobre a cidadania

Os entrevistados indicaram escola, família, Igreja/mesquita, eventos culturais, ritos de iniciação e seminários de capacitação, como principais locais onde aprenderam os assuntos ou temáticas ligados à cidadania.

Portanto, os resultados deste estudo indicam que é na escola e na família, onde mais se abordam assuntos ligados à cidadania.

2. Formas de exercício da cidadania

Nesta questão, os entrevistados apresentaram respostas variadas, afirmando que exercem a cidadania de seguinte forma: participando no voto; participando nas campanhas de saneamento e de trabalho comunitário promovidas pelo distrito; pagando os impostos; participando nas reuniões do bairro e do distrito; mobilizando as pessoas para aderirem às campanhas de vacinação e jornadas de trabalho comunitário (reconstrução pós-ciclone) e, mobilizando as pessoas para se prevenir das queimadas descontroladas e do HIV/SIDA.

3. Dificuldades encontradas no exercício da cidadania

Os entrevistados apontaram como dificuldades para o exercício da cidadania os seguintes aspectos: a falta de participação dos cidadãos nos níveis de decisão no distrito. Isto porque as opiniões por eles apresentadas aos dirigentes do distrito não são valorizadas; falta de material para reforçar o ensino-aprendizagem dos temas à volta da cidadania. Estes argumentos são sustentados pelo facto da maioria dos entrevistados ter mostrado a falta de conhecimento sólido sobre a cidadania; os alfabetizadores não têm conhecimento sobre as matérias inerentes à cidadania; a falta de pessoas nos bairros capazes de esclarecer as comunidades sobre a cidadania.

4. Sugestões para ultrapassar as dificuldades

Os entrevistados avançaram algumas sugestões como: realização de seminários nas escolas com enfoque à cidadania; disponibilidade de materiais para o ensino e promoção da cidadania; uso de meios de comunicação social para divulgar, ao nível local, os assuntos relacionados à cidadania; divulgação de abordagens sobre cidadania nos hospitais, mercados, igrejas e outros centros de maior aglomeração populacional; estabelecer parcerias com o ensino formal para o tratamento dos temas ligados à cidadania, na medida em que o tratamento dos temas sobre a cidadania requer uma mobilização de toda a comunidade ou organizações ligadas aos temas sobre a cidadania.

Portanto, o estudo de conteúdos sobre a cidadania pode requerer uma abrangência fora do ambiente da sala de aula e formar associações, núcleos ou pessoas nos bairros para transmitir conhecimento sobre a cidadania às comunidades.

V. Músicos e Actores de Teatro

1. Percepção do conceito de cidadania

Os músicos entrevistados responderam que já ouviram falar da cidadania, mas que, na realidade, não saberia como definir o seu conceito. Ao passo que os actores de teatro entendem a cidadania nos seguintes termos: “*Pessoas que exercem os seus deveres e direitos na vida comunitária*”. Ainda foram de opinião que a cidadania “*é o exercício de direitos e deveres de um indivíduo numa determinada nação*”.

2. Temas promovidos pelos músicos e actores de teatro no quadro da cidadania

Os entrevistados (músicos e actores de teatro) afirmaram que promovem os seguintes temas ligados à cidadania: o saneamento do meio; o pagamento de impostos; os direitos e deveres dos cidadãos; a prevenção de doenças endémicas; a participação na solução de problemas da comunidade; a participação no voto e símbolos da nação moçambicana, com a excepção dos aspectos relacionados com as instituições democráticas, justiça e democracia.

3. Dificuldades encontradas na promoção da cidadania

Os entrevistados afirmaram que há falta de condições básicas de trabalho (equipamento de trabalho, meio de transporte) para a divulgação e sensibilização das comunidades ao exercício da cidadania nos diferentes pontos do distrito.

4. Sugestões para ultrapassar as dificuldades

Os entrevistados sugeriram a criação de mais grupos culturais e teatrais para divulgação dos princípios da cidadania às populações, através de palestras, seminários nas escolas, no círculos de interesses, nos clubes, entre outros agrupamentos.

PARTE IV

DISTRITO DE NACALA PORTO

Categoria dos entrevistados por sexo

O estudo sobre os espaços de promoção da cidadania na educação formal e não-formal teve abrangência no Distrito de Nacala Porto – um distrito com uma componente tradicional significativa, onde, por exemplo, pode-se notar uma grande afluência de jovens adolescentes aos ritos de iniciação, assim como maior concentração de instituições de ensino não-formal. Também predomina o espectro tradicional muito forte. Ao mesmo tempo, possui uma componente da população islamizada.

Neste quadro, foram entrevistados os Chefes da Secção Pedagógica e dos Recursos Humanos dos Serviços de Educação, Juventude e Tecnologia, Alfabetizadores e Professores.

Na segunda categoria de entrevistados, foram como alvos da pesquisa os Estudantes do Ensino Formal, sendo eles do EP1, EP2, ESG1 e ESG2.

A terceira categoria foi constituída por Educadores Não-Formais (catequistas da igreja católica, educadores das escolas dominicais das igrejas evangélicas, pastores, mwalimo), Pais e Encarregados de Educação.

O quarto grupo de entrevistados foi de beneficiários do Ensino Não-Formal entre jovens e adolescentes alfabetizando, iniciados, catecúmenos, alunos de escolas dominicais e de madraças.

A quinta e última categoria de entrevistados foi de Jornalistas/Locutores da Rádio Comunitária de Nacala Porto Actores de Teatro.

Quadro 4: Categoria de Entrevistados por Sexo – Nacala Porto

Ord.	Categorias de Entrevistados	Total por Sexo	
		Masc	Fem.
01	Os Chefes da Secção Pedagógica e dos Recursos Humanos do Serviço de Educação, Juventude e Tecnologia, Professores e Alfabetizadores	7	0
02	Estudantes do Ensino Formal	4	1

03	Educadores Não-Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), Pais e Encarregados de Educação	15	5
04	Estudantes do Ensino Não-Formal (alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escola dominical e de madraças)	13	5
05	Jornalistas, Músicos e Actores de Teatro.	6	0

Fonte: o autor

I. Percepções dos Chefes da Secção Pedagógica e dos Recursos Humanos dos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia, Professores e Alfabetizadores.

1. Percepção do conceito de cidadania

Quando questionados sobre a percepção que têm sobre a cidadania, os entrevistados (Os Chefes da Secção Pedagógica e dos Recursos Humanos dos Serviços de Educação, Juventude e Tecnologia, Professores e Alfabetizadores), afirmaram que a cidadania refere-se *“ao reconhecimento do indivíduo como membro do Estado e, deste modo, como alguém que está no pleno gozo dos seus direitos e deveres”*. Neste contexto, os entrevistados salientaram ainda que a cidadania *“está ligada ao conceito de estado do tipo pessoal e traduz-se num conjunto de direitos e obrigações entre o indivíduo e o respectivo Estado”*.

2. Temas que fazem parte do currículo escolar

Os entrevistados afirmaram que os assuntos mais referenciados no currículo escolar, são os que têm a ver com a unidade nacional, meio ambiente, símbolos nacionais. Argumentaram ainda que no currículo educacional não existem assuntos que fazem referência às instituições democráticas.

3. A importância dos temas para o desenvolvimento curricular

Fazendo referência da importância do desenvolvimento curricular, os entrevistados consideraram que as abordagens sobre a cidadania são extremamente importantes, na medida em que a cidadania está associada ao

processo de socialização do homem que culmina com a instituição de sociedades politicamente organizadas.

Os entrevistados consideraram também que com as matérias sobre a cidadania, os alunos terão a possibilidade de contribuir para a vida pública, mediante a participação na gestão e administração da coisa pública, seja sob forma de crítica ou de sugestões, ou ainda de empreendimento a favor da colectividade.

Ainda no quadro da busca de percepções à volta da cidadania, os entrevistados disseram que há uma visão antecipada, embora superficial de alunos em relação às abordagens sobre a cidadania. Desta forma, os entrevistados acreditam que os alunos têm algum conhecimento básico sobre a cidadania e, os conhecimentos são adquiridos de várias fontes, desde a família, passando por convívios, amigos, igreja ou madraça e outros agrupamentos sociais.

4. Disciplinas com conteúdos de cidadania

Os entrevistados disseram que os temas sobre cidadania são enquadrados nas seguintes disciplinas: Português, Ciências Sociais, Educação Moral e Cívica, Educação Visual e Ciências Naturais. Estes temas têm sido frequentemente abordados nos níveis do Ensino Primário do 1º Grau, Ensino Primário do 2º grau e Ensino Secundário Geral.

Decerto, os temas transversais traduzem um conjunto de questões que preocupam a sociedade que, pela sua natureza social, não pertencem a uma área ou disciplina. Por isso, não é definido ao nível do currículo, um tempo específico. Em suma, os temas sobre a cidadania são incorporados no currículo por forma a estabelecer uma ligação com a vida real.

5. Domínio dos conceitos ligados à cidadania

Quando entrevistados se os alunos³ tinham domínio dos conceitos ligados à cidadania, os inquiridos afirmaram que há falta de domínio de referidos conceitos, principalmente nos aspectos inerentes à: unidade nacional; participação na vida política; direitos e deveres dos cidadãos e instituições democráticas.

Os entrevistados argumentaram que a dificuldade para perceber os conceitos ligados à cidadania reside no facto de estas matérias não serem leccionadas como parte integrante do currículo, mas sob forma transversal.

³ Referimo-nos dos alunos de nível de EP2 (Ensino Primário) e Ensino Secundário Geral (1ºCiclo e 2º Ciclo)

6. *Relação entre o ensino formal e o nível de conhecimento que os alunos têm sobre os seus direitos e deveres*

De acordo com os entrevistados, há uma relação entre o ensino formal e o grau de conhecimento que os cidadãos têm sobre os seus direitos. Argumentaram essa posição dizendo que os alunos antes de ingressarem à escola, já têm um grau de conhecimento sobre os seus direitos e deveres. Estes conhecimentos, são adquiridos por várias formas e em diversas fontes, como por exemplo, na família, nas igrejas, nos convívios entre amigos e outros locais de convivência social. Portanto, a escola ou o ensino formal, serve de simples complemento; dá aos alunos a possibilidade de se formarem e de se informarem, permitindo aperfeiçoar os conhecimentos já adquiridos no quotidiano sobre os fenómenos que decorrem em Moçambique e no Mundo em geral. A escola desenvolve competências relevantes que tornem o aluno responsável e capaz de tomar decisões informadas e fazer escolhas sobre o futuro.

7. *Contribuição da educação formal para uma participação activa de jovens na vida política e social do País*

Os entrevistados afirmaram que há que ter em conta a importância que o ensino formal tem, na contribuição de jovens para que estes possam participar activamente na vida política e social do País. Disto, a educação visa proporcionar o desenvolvimento integral, inculcando nos alunos padrões aceitáveis de comportamentos como lealdade, respeito, disciplina e a liberdade dos cidadãos.

Contudo, os jovens só serão somente reconhecidos aptos a participar como sujeito social e político, quando tiverem vencido a ignorância.

8. *Dificuldades de promoção da cidadania na educação formal*

Segundo os entrevistados, existem dificuldades a considerar no sistema formal de ensino para promover a cidadania, como por exemplo: falta de interesse por parte dos cidadãos, dos assuntos ligados à cidadania; falta de harmonização dos currículos com matérias ligadas a cidadania entre o ensino formal e não-formal; falta de livros e professores qualificados para abordar os assuntos sobre cidadania e elevada taxa de analfabetismo.

9. *Sugestões para ultrapassar as dificuldades*

Como forma de ultrapassar as dificuldades no sistema de educação formal para promover a cidadania, os entrevistados sugeriram fundamentalmente

apostar na formação de professores qualificados e capacitar os existentes, em metodologias orientadas para o desenvolvimento de competências para a vida. Ainda, referiram-se da criação de programas de consciencialização e o alargamento da rede escolar para as zonas mais distantes.

Os entrevistados apontaram ainda a inclusão das matérias sobre cidadania nos programas de ensino formal, donde deveria ser apostado o desenvolvimento de um espírito crítico em relação à sua prática habitual, isto é, desenvolvimento da consciência sobre a necessidade de mudança.

II. Estudantes do Ensino Formal

1. Percepção do conceito de cidadania

Os entrevistados afirmaram que a cidadania “*é uma maneira segundo a qual um cidadão deve comportar-se no seu País, respeitado as leis*”. Os entrevistados afirmaram também que a cidadania “*é o conjunto dos direitos e deveres que um cidadão possui no seu País*”.

A partir de respostas dos entrevistados, pode-se constatar que há uma dose de conhecimento do conceito de cidadania. Desta forma, pode-se entender que o nível de resposta dos entrevistados, é um indicador que nos conduzirá a admitir a ideia de haver um aperfeiçoamento do conceito no tempo.

2. Temas sobre cidadania

Os estudantes entrevistados afirmaram que os assuntos como participação no voto, símbolos da nação moçambicana, fazem parte dos assuntos aprendidos no quadro da abordagem sobre a cidadania. Porém, os estudantes entrevistados alegaram que não têm conhecimento mínimo sobre os conceitos de justiça, democracia e instituições democráticas do nosso País.

Este aspecto é preocupante visto que os objectivos do Sistema Nacional de Educação, de harmonia com a Lei 6/92, de 6 de Maio, prescreve que no quadro da educação para a cidadania, pretende-se educar o aluno para o espírito da unidade nacional, democracia e respeito pelos direitos humanos.

3. Local de aprendizagem dos temas sobre a cidadania

No entanto, os entrevistados afirmaram que aprenderam estes assuntos na escola e nas respectivas famílias. Disseram também que aprenderam na igreja e nos eventos culturais.

4. Formas de exercício de cidadania

Os entrevistados afirmaram que o período de votação é o ponto mais alto do exercício da cidadania, pois é o momento em que elegem os seus dirigentes. Focaram ainda o pagamento de impostos, como outra forma de exercício da cidadania.

5. Dificuldades para o exercício da cidadania

Os entrevistados apontaram como dificuldades para o exercício da cidadania, as seguintes: falta de cumprimento das promessas do governo, no concernente à criação de postos de emprego; falta de cultura jurídica, devido ao baixo nível de escolaridade e, finalmente, a falta de acesso de informação sobre a cidadania.

6. Sugestões para melhorar o exercício da cidadania

Os entrevistados apontaram como sugestões para o melhoramento do exercício da cidadania, a criação de condições para que os processos eleitorais sejam cada vez mais livres, transparentes e justos. Desta maneira, segundo os respondentes, o cidadão reconheceria que o seu direito é respeitado. Os inquiridos sugeriram também, a construção de mais escolas, para estancar o problema de analfabetismo nas comunidades.

Os entrevistados sugeriram ainda que uma das formas de melhoramento do exercício da cidadania, é criar melhores condições de vida das populações, como por exemplo, mais postos de trabalho, água potável, habitação condigna, centros de alfabetização. Os alunos afirmaram que é fundamental que o Governo reconheça e respeite as diferenças que existe entre os cidadãos, principalmente as que se situam no campo social, político e religioso.

III. Educadores Não-Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), Pais e Encarregados de educação

1. Percepção do conceito de cidadania

Os educadores não-formais afirmaram que não têm uma noção que seja científica da cidadania. Portanto, apontaram a cidadania como “o conjunto de direitos e deveres que um cidadão possui no seu País”. Os mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselhos de ritos de

iniciação, pais encarregados de educação, deram como exemplos o direito a voto, o direito a usufruir de bens públicos.

De uma forma geral, os educadores não-formais afirmaram que a cidadania “está ligada à pertença a uma comunidade na qual se tem o direito de uso e posse de terra”.

2. Temas sobre a cidadania na educação não-formal

Os entrevistados apontaram como conteúdos mais abordados sobre a cidadania, principalmente nas igrejas e madraças: o saneamento do meio ambiente, a prevenção de doenças endémicas e resolução de problemas das comunidades. De uma forma geral, os entrevistados focaram ainda a justiça, democracia, direitos e deveres dos cidadãos, como assuntos ministrados nas suas instituições.

3. Local de aprendizagem dos temas sobre a cidadania

Os entrevistados afirmaram, de uma forma geral, que aprenderam os temas sobre a cidadania nas escolas de alfabetização, nas escolas dominicais e corânicas e algumas na catequese. Apontaram também os mídias, a família e os convívios de jovens.

Os encarregados de educação afirmaram que a família é o grande centro educacional. Desta forma, as abordagens sobre cidadania têm um espaço de debate nas famílias, para que os jovens cresçam com determinados princípios culturais e sejam dignos perante a sociedade.

4. Contribuição do ensino não-formal para uma participação de jovens na vida política e social do País

Os entrevistados consideraram que a educação não-formal desempenha um papel importante de promoção de uma cidadania activa, em que os seus educandos, enquanto alunos e cidadãos, possam desenvolver capacidades para tomar parte das decisões fundamentais da vida política e social do País.

A educação não-formal é de extrema importância, na medida em que vai contribuindo no processo de acção educativa no âmbito da cidadania ao nível comunitário, definindo orientações para que a cidadania seja de domínio de todas as instituições de ensino não-formal, com incidência nas esferas institucional e pedagógica.

De uma forma geral, os entrevistados foram unânimes em afirmar que

a educação não- formal, deve ter o papel promotor de uma cidadania activa, procurando articular os seus ensinamentos de forma a contribuírem para um processo de formação coerente, aproveitando todas as oportunidades de aprendizagem que se ofereça para o efeito.

5. Dificuldades na educação não-formal para a promoção da cidadania

Os entrevistados afirmaram que há dificuldades no sistema de educação não-formal para promover a cidadania, como por exemplo, a inclusão no currículo de matérias relativas à cidadania, principalmente para as escolas corânicas e dominicais, para além das catequeses.

Há toda uma necessidade de inserir essas matérias para que os jovens não só tenham uma visão espiritual, mas também dos aspectos que norteiam a sociedade em que eles vivem. Outra dificuldade tem a ver com a qualificação de professores para leccionarem as matérias relacionadas com a cidadania na educação não-formal e a preparação dos próprios conteúdos.

Há um outro enfoque relacionado com os jovens, cuja maior parte deles ignoram os seus valores culturais e vão buscar valores de outros povos, esquecendo a sua própria identidade. Dai a dificuldade de transmitir os princípios da cidadania moçambicana, partindo de valores culturais próprios.

6. Sugestões para ultrapassar as dificuldades mencionadas

Para ultrapassar as dificuldades, os entrevistados afirmaram que a igreja deveria jogar um papel fundamental no processo educativo e moral, persuadindo os jovens na tomada de consciência ou do espírito patriótico. Os ensinamentos deveriam ser proporcionados, abrindo espaços nas igrejas, mesquitas e noutros convívios onde os jovens seriam educados a pautarem por condutas dignas e pelo respeito de valores culturais e religiosos próprios.

As igrejas fundamentaram que não só aspectos espirituais engrandecem os homens, mas também os processos que se desenrolam na sociedade em que eles se inserem, conhecendo os seus direitos e deveres. Daí, a importância de ministrar esses assuntos nas igrejas.

Os entrevistados, em geral, afirmaram que esses assuntos são extremamente importantes, por isso, deveriam ser abordados nos ritos de iniciação, uma vez que é nestes ritos onde se dão os primeiros passos de inserção de jovens na sociedade.

IV. Estudantes Não-Formal (Alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos da escola dominical e de madraças)

1. Percepção do conceito de cidadania

Os alfabetizandos, adolescentes e jovens iniciados, os catecúmenos, alunos de escolas dominicais e de madraças, quando entrevistados sobre a percepção do conceito de cidadania, afirmaram que não sabem explicar, porque são matérias que não aprendem nas igrejas, nem nos ritos de iniciação. Os iniciados afirmaram que nos ritos de iniciação aprendem como um jovem deve estar integrado na família e na comunidade, os modos de vida dentro de uma família e da sociedade em que está inserido, respeitando os valores e princípios culturais da comunidade.

Os catecúmenos e alunos de escolas dominicais e de madraças, afirmaram que têm como base de aprendizagem os aspectos espirituais, que se circunscrevem na conduta de um cristão/muçulmano e respeito pelos mandamentos da lei de Deus.

Finalmente, os alfabetizandos disseram que aprendem matérias que não têm nada a ver com a cidadania.

2. Temas aprendidos sobre cidadania

Tendo como base a primeira pergunta, foi difícil para os entrevistados apontarem os assuntos já aprendidos, porque na realidade, não têm noção sobre o conceito de cidadania. Desta forma, os entrevistados afirmaram que não são capazes de distinguir se as matérias que aprendem nas escolas corânicas, dominicais e nas catequeses, têm alguma relação com a cidadania.

3. Formas de exercício da cidadania

Os entrevistados mostraram que encontram dificuldades de saber o momento em que estão em pleno exercício de cidadania, uma vez que não conhecem as abordagens com ela relacionadas. Os inquiridos afirmaram que uma vez não conhecendo as abordagens sobre a cidadania, há maior possibilidade de praticarem actos, mas não se aperceberem que estão no exercício da cidadania.

4. Dificuldades no exercício da cidadania

Os alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escola dominical e de madraças, focaram a ignorância como um elemento

impedidor no exercício pleno da cidadania. Afirmaram que algumas vezes agem, mas não sabem que estão a actuar nos contornos de cidadania. Ligado a isto, é o facto de as instituições religiosas e as escolas de alfabetização não fazerem menção aos aspectos ligados à cidadania no processo de ensino e aprendizagem, o que vem a inviabilizar o conhecimento dos princípios norteadores da cidadania moçambicana.

5. Sugestões para um melhor exercício da cidadania

Os entrevistados apontaram as seguintes sugestões: incluir a cidadania na agenda curricular das escolas religiosas; formar professores para leccionarem matérias respeitantes à cidadania; envolver toda a comunidade nas tarefas de educação para a cidadania e, as igrejas devem assumir o papel de educadores sociais, mostrando aos seus fiéis o quão é importante o exercício da cidadania na comunidade em que eles estão inseridos.

V. Jornalistas, Músicos e Actores de Teatro

1. Percepção do conceito da cidadania

Os entrevistados (Jornalistas, Músicos e Actores de Teatro), disseram que cidadania significa “*a capacidade que um cidadão tem no exercício pleno dos seus direitos e deveres dentro do seu País*”. Deram como exemplos, o direito de votar os dirigentes a quem um cidadão deposita confiança; pagamento de impostos e participar nas actividades da comunidade.

2. Temas promovidos pelos músicos no quadro da cidadania

Sendo um grupo de cidadãos que pela sua profissão está em constante contacto com o público, afirmou que empenha-se na promoção do meio ambiente, na busca de soluções de problemas da comunidade e na sensibilização dos perigos de doenças endémicas. Segundo o grupo, estes assuntos têm sido promovidos através da música, dança e pelo teatro.

3. Dificuldades de promoção da cidadania

Estes profissionais afirmaram que no seu dia-a-dia, enfrentam algumas dificuldades para promoverem a cidadania, fundamentalmente sendo as seguintes: a falta de formação de músicos e falta de equipamentos de trabalho, o que coloca algumas limitações quando pretendam transmitir mensagem

educativas às pessoas, sobretudo ligadas a este assunto.

Os entrevistados alegaram também a falta de apoio das instâncias governamentais, para que possam fazer chegar as mensagens às comunidades, dignas de credibilidade social.

4. Sugestões para ultrapassar as dificuldades encontradas

Os entrevistados sugeriram determinadas ações para que haja melhoramento no processo de promoção da cidadania, sendo as seguintes: o Governo deve criar condições para que as pessoas participem no desenvolvimento do País, dando-lhes a possibilidade de ter o mínimo de esolaridade; formar os músicos e actores de teatro e outros artistas, em matérias de cidadania e equipá-los para poderem responder com exaustividade ao processo de transmissão de mensagens educativas e as relativas à cidadania aos cidadãos, no geral.

PARTE V

DISTRITO DE ERÁTI

Categoria dos entrevistados por sexo

O estudo sobre os espaços de promoção da cidadania na educação formal e não-formal teve abrangência no distrito de Eráti – um distrito com uma componente tradicional muito forte, onde, por exemplo, se pode notar uma grande afluência de jovens adolescentes aos ritos de iniciação, assim como maior concentração de instituições de ensino não-formal. Ao mesmo tempo, possui na sua maioria uma população católica, para além de islamizada e evangélica.

Neste quadro, foram entrevistados o Director de Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia, os Chefes das Secções de Desporto e Cultura, Pedagógica do Distrito, Professores e Alfabetizadores, considerada como primeira categoria de entrevistados neste estudo. Este grupo trás largos conhecimentos na área de educação, daí a sua selecção para dar o seu contributo neste estudo.

Na segunda categoria, foram entrevistados os Estudantes do Ensino Formal.

A terceira categoria de entrevistados, foi constituída por Educadores Não-Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), Pais e Encarregadores de Educação.

O quarto grupo de entrevistados, foi de alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escola dominical e de madraças.

A quinta e última categoria de entrevistados, foi de Jornalistas, Músicos e Actores de Teatro.

Quadro 5: Categoria de Entrevistados por Sexo – Eráti

Ord.	Categorias de Entrevistados	Total por Sexo	
		Masc	Fem.
01	Director de Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia, os Chefes das Secções de Desporto e Cultura e Pedagógica, Professores e Alfabetizadores.	7	1

02	Estudantes do Ensino Formal	14	4
03	Educadores Não-Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), Pais e Encarregados de Educação	16	4
04	Estudantes do Ensino Não-Fornal (alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escola dominical e de madraças)	10	8
05	Jornalistas, Músicos e Actores de Teatro.	5	3

Fonte: o autor

I. Percepções dos Directores de Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia, Professores e Alfabetizadores

1. Percepção do conceito da cidadania

De acordo com os entrevistados, a cidadania é “conjunto de cidadãos que vivem num País e possuem direitos e deveres para com a mesma e, exercem nos âmbitos social, cultural e político”. Os entrevistados deram como exemplos, *ter bom comportamento, respeitar os outros cidadãos e os símbolos nacionais*”.

Os entrevistados afirmaram ainda que fala-se da cidadania “quando um cidadão de um País, goza os seus direitos e cumpre os seus deveres”.

Os entrevistados alegaram ainda que considera-se prática da cidadania quando “o conjunto de pessoas que vivem numa determinada área geográfica, compartilham os mesmos hábitos e costumes”.

2. Temas que fazem parte do currículo escolar

Os entrevistados responderam de forma unânime que os temas como unidade nacional, símbolos nacionais, participação na vida política, justiça e democracia, liderança comunitária, desenvolvimento comunitário e meio ambiente já fazem parte do currículo de uma forma implícita, na medida em que são abordagens tratadas de forma transversal, em conformidade com a Política Geral do Sistema Nacional de Educação.

3. Importância dos temas sobre a cidadania para o desenvolvimento curricular

Segundo os entrevistados, os assuntos sobre a cidadania são importantes, na medida em que o aluno, por meio da escola, adquire conhecimento aprofun-

dado sobre as formas de exercício da cidadania, intervindo na vida social, económica, política e cultural da comunidade e do País; os assuntos sobre a cidadania contribuem para o desenvolvimento intelectual dos alunos capacitando-os no progresso científico, geração de micro-projectos e combate ao analfabetismo. Através destas abordagens, alunos adquirem a cultura empreendedora, aprendem diferentes métodos de liderança e reforçam o conhecimento patriótico no seio da população.

4. Disciplinas com conteúdos de cidadania

Os entrevistados afirmaram que os temas sobre a cidadania são enquadrados nas seguintes disciplinas: Português, Ciências Sociais, Educação Moral e Cívica, Educação Visual e Ciências Naturais. Estes temas, segundo os inquiridos, têm sido frequentemente abordados nos níveis do EP1, EP2 e ESG.

Decerto, em harmonia com a Lei nº 6/92, de 6 de Maio, os Objectivos Gerais do Sistema Nacional de Educação, definem que a educação para a cidadania traduz-se em proporcionar o desenvolvimento integral e harmonioso da personalidade; inculcar nos alunos padrões aceitáveis de comportamento, como lealdade, respeito, disciplina e responsabilidade; desenvolver a sensibilidade estética e a capacidade artística das crianças, jovens e adultos, educando-os no amor pelas artes e no gosto pelo belo; desenvolver conhecimento sobre a saúde, nutrição e a protecção do meio ambiente, entre outros temas importantes à vida.

5. Domínio dos conceitos ligados à cidadania

Em conformidade com os entrevistados, não há domínio dos conceitos sobre a cidadania. Isto porque os temas sobre a cidadania não pertencem a um área ou disciplina, não sendo definido, para isso, ao nível do currículo um tempo específico. Consequentemente, os alunos não olham como matérias curriculares por excelência, optando em “investir” noutras disciplinas. Estes factores levam os alunos a não se ocuparem a essas matérias, mas àquelas que se enquadram no currículo do seu dia-a-dia.

6. Relação entre o ensino formal e o nível de conhecimento de alunos

Os entrevistados responderam que existe uma relação de complementaridade entre o ensino formal e o nível de conhecimento que os alunos têm sobre os seus direitos e deveres, visto que, quando ingressam para a escola, trazem uma noção sobre assuntos ligados à cidadania que são adquiridos por meio do ensi-

no não-formal ou informal, como palestras, comícios e meios de comunicação.

Os inquiridos acrescentaram que o ensino formal complementa o não-formal ao aprofundar o conhecimento prévio que o estudante traz do seio familiar, permitindo a compreensão mais estruturada das matérias inerentes à cidadania.

7. Contribuição do ensino formal para uma participação activa dos jovens na vida política e social do País

Os entrevistados afirmaram que o ensino formal contribui de forma positiva na vida dos jovens, na medida em que prepara-os para o exercício da cidadania (respeitar os símbolos da pátria e pessoas da comunidade, participar no recenseamento militar e participação nas associações, ex: Geração Biz) e, no domínio das actividades extra-escolares, com vista a adquirirem habilidades profissionais; educa e sensibiliza a prática de actos que contribuem para o desenvolvimento e bem-estar da família, comunidade e do País em geral.

8. Dificuldades na promoção da cidadania na educação formal

Os entrevistados apontaram as seguintes dificuldades no processo de promoção da cidadania: falta de informação em relação aos assuntos sobre a cidadania (ex: direitos e deveres); insuficiência de formação politécnica e métodos de ensino específicos para a área de cidadania; o sistema de educação em si, não inicia pelo alfabeto e pré-primária; as passagens semi-automáticas fazem com que os alunos transitem de classe sem saber ler e escrever correctamente; falta de sensibilização de professores para que os alunos exerçam a cidadania e, respeito pelas diferenças político-partidárias.

9. Sugestões para ultrapassar as dificuldades

Como forma de ultrapassar as dificuldades, os entrevistados apresentaram as seguintes sugestões:

- + o professor deveria ter domínio dos temas sobre a cidadania para que o aluno as conheça e pratique;
- + os pais e encarregados de educação deveriam ser agentes educadores na promoção e exercício da cidadania;
- + deveria existir um centro de ensino técnico politécnico em cada distrito.

II. Estudantes do Ensino Formal

1. Percepção do conceito de cidadania

Os entrevistados apresentaram diversas percepções quanto ao conceito da cidadania. Segundo os Estudantes do Ensino Formal, a cidadania implica:

- “direitos e deveres concedidos a uma pessoa para desenvolver a sua própria comunidade”;
- “pessoa de nacionalidade moçambicana que tem o direito de participar nas actividades locais para o seu desenvolvimento”;
- “votar, prevenir-se de doenças e respeitar as leis que vigoram no País”.

2. Temas sobre cidadania

Os entrevistados apontaram a participação no voto, algo mais cívico que aprendem principalmente nas vésperas dos períodos eleitorais; saneamento do meio; participação na solução de problemas da comunidade, prevenção de doenças endémicas e símbolos nacionais, como temas leccionados nas escolas, no quadro da cidadania.

Os estudantes do Ensino Formal exceptuaram, no quadro dos temas aprendidos, os direitos e deveres dos cidadãos, as instituições democráticas, a justiça e a democracia.

3. Local de aprendizagem dos temas sobre a cidadania

Os entrevistados afirmaram que aprenderam os temas sobre a cidadania na escola. Não descuraram em afirmar que aprenderam também na família e em outros locais de convívios.

Pode-se notar que todos os entrevistados fizeram menção a escola e a família como os locais de aprendizagem dos assuntos sobre a cidadania, o que significa que a tal escola e família são as instituições de base no processo de ensino e aprendizagem.

4. Formas de exercício da cidadania

Os entrevistados apresentaram as seguintes formas de exercício da cidadania: respeitar as leis; prevenir doenças de transmissão sexual; respeitar os símbolos nacionais (hino nacional e bandeira); recensear e votar (eleger os dirigentes); pagar impostos para fins de satisfação das necessidades públicas e participar no saneamento do meio (escola e bairro).

5. Dificuldades no exercício da cidadania

Quando entrevistados sobre as dificuldades encontradas no âmbito do exercício da cidadania, os entrevistados apresentaram unanimemente as seguintes: fraca divulgação dos direitos e deveres na comunidade; falta de conhecimento, por parte de cidadãos, sobre os símbolos nacionais; falta do mercado de emprego; falta de material para actividades agrícolas e fraca participação de cidadãos na vida política do País.

6. Sugestões para melhorar o exercício da cidadania

Como forma de ultrapassar as dificuldades existentes, os entrevistados apresentaram as seguintes sugestões: o Governo deve criar condições para a massificação da cultura de cidadania aos cidadãos, dando a possibilidade de conhecer os seus direitos e deveres dentro do País; o Governo deve realizar campanhas de sensibilização para que os cidadãos participem activamente no exercício da cidadania. Para tal efeito, será fundamental que os cidadãos frequentem as escolas de alfabetização, a fim de aprenderem os assuntos de cidadania (ex.: respeito pelos símbolos da pátria); os líderes comunitários devem ser transmissores de valores de cidadania dentro da comunidade.

III. Educadores Não-Formais (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), pais e Encarregados de Educação

1. Percepção do conceito de cidadania

De acordo com a percepção dos entrevistados “a cidadania tem a ver com o cidadão que obedece às normas emanadas pelo Estado”. Os entrevistados afirmaram que cidadania implica “ser cidadão moçambicano que exerce actividades para desenvolver o País, estando livre de optar qualquer confissão religiosa”.

2. Temas sobre cidadania na educação não-formal

Os entrevistados do ensino não-formal (mwalimos, catequistas católicos, professores de escolas dominicais evangélicas, conselheiros de ritos de iniciação), pais e encarregados de educação, afirmaram que constituem parte das matérias de ensinamentos na educação não-formal as seguintes: respeito próprio e pelas pessoas adultas independentemente do grau de parentesco; solidariedade ao

próximo, onde os fiéis devem participar aos funerais e outras formas de interajuda na comunidade; cultura empreendedora nos crentes, principalmente a camada jovem; o respeito pela lei e pelas autoridades estaduais; o ensino da cultura cristã, com o intuito de salvaguardar os princípios da Igreja; assiduidade na escola e higiene pessoal; respeito pelos símbolos da nação e a vida humana (não fazer a justiça pelas próprias mãos); o incentivar a criança a frequentar a escola; educação sexual dos jovens e os temas ligados a não violência doméstica.

Pode-se verificar que, os outros ensinamentos transmitidos nos ritos de iniciação estão mais virados para a preparação de jovens para a vida adulta.

3. Importância dos temas abordados na educação não-formal

Os entrevistados afirmaram que os assuntos apresentados no número anterior, matérias de ensinamento nas igrejas, mesquitas e nas famílias, são extremamente importantes, na medida em que ajudam os jovens a pautarem pela boa conduta na sociedade onde estão inseridos, obedecendo as leis em vigor no País; os temas abordados sobre a cidadania, segundo os entrevistados, contribuem para a formação humana dos jovens; ajudam os crentes a compreenderem os seus direitos e deveres; ajudam os jovens e outras pessoas em geral, a respeitarem os princípios morais, religiosos e espirituais.

O ensinamento dos aspectos morais e espirituais ajudam na redução de más condutas enveredadas pelos jovens na sociedade, como criminalidade e outras delinquências; os ensinamentos contribuem também para o desenvolvimento psíquico, moral e social; as abordagens ajudam a compreender os aspectos da vida social, económica e política e, com estes conhecimentos, os cidadãos ganham a consciência da sua participação na vida política do país.

4. Contribuição do ensino não-formal para participação activa de jovens na vida política e social do País

Os entrevistados consideraram que o ensino não-formal contribui de uma forma activa para os cidadãos, principalmente para os jovens, na vida política e social do País. Desta forma, os entrevistados acreditam que o ensino ministrado pelas igrejas, mesquitas, famílias e outras formas, faz com que haja mudança na conduta humana e, inculcam os jovens a reconhecerem que são parte integrante da sociedade.

Os entrevistados afirmaram que o reconhecimento da dignidade da pessoa humana, parte necessariamente dos ensinamentos morais e espirituais colectivos.

Os entrevistados salientaram que os princípios religiosos fazem com que o homem viva de uma forma harmoniosa com os seus semelhantes, não pautando pela violência e respeitando o princípio da igualdade e respeito pelos mandamentos da Lei de Deus. Os entrevistados disseram ainda que a educação não-formal contribui, não só do ponto de vista espiritual, mas ajuda os jovens e mesmo as pessoas mais velhas da comunidade, a ler e escrever, ganhando para o efeito, a visão do conhecimento dos processos que se desenrolam no nosso País.

Ainda no quadro da contribuição do ensino não-formal para os jovens, na vida política e social do País, os entrevistados foram unânimes em considerar que há um contributo positivo na medida em que se observa o respeito pelas autoridades e os símbolos da nação, donde os jovens aprendem relacionar os deveres e os seus direitos.

5. Dificuldades na educação não-formal para promoção da cidadania

Segundo os entrevistados, as dificuldades na educação não-formal circunscrevem-se nos seguintes aspectos: falta de conhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos. Esse facto é devido à falta de divulgação das leis que vigoram no nosso País; falta de oportunidade de emprego para os jovens; falta de sensibilização dos jovens para se envolverem em actividades a favor da comunidade; falta de um currículo que aborde matérias específicas da cidadania moçambicana e, por último, a falta de promoção da cultura de cidadania nas igrejas, mesquitas e outros agrupamentos.

6. Sugestões para ultrapassar as dificuldades existentes

- + o Governo deve auscultar as preocupações da comunidade e dar soluções;
- + enquadrar os jovens nas actividades produtivas, através de criação de escolas que ministrem cursos sobre empreendedorismo;
- + colocar mais escolas de formação técnico-profissional para os jovens;
- + prevenção de doenças endémicas;
- + o educador/mwalimo deve ser competente e ter domínio das abordagens ligadas a cidadania.

IV. Estudantes Não-Formal (Alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escolas dominicais e de madraças)

1. Percepção do conceito de cidadania

Os alfabetizandos, adolescentes, catecúmenos, alunos de escolas dominicais e de madraças afirmaram, em traços gerais, que a cidadania compreende vários sentidos, nomeadamente:

- “*ser cidadão com direitos e deveres no País de nacionalidade*”
- “*cumprir as leis que vigoram no seu País*”
- “*participar como cidadão na vida social e política, gozando os seus direitos e deveres para o bem do País*”.

Contudo, os jovens iniciados, afirmaram que têm muita dificuldade de dar um conceito sobre a cidadania. Referiram-se que apenas ouvem falar da cidadania, mas não conhecem o seu conceito.

2. Temas aprendidos

As respostas para este grupo de entrevistados não foram unânimes, na medida em que há de um lado alfabetizandos, adolescentes; por outro, catecúmenos, alunos de escola dominical e de madraças, do ensino com carácter religioso; por último, o grupo de ritos de iniciação. Assim, o primeiro grupo de entrevistados (alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados), afirmou que constituem como temas à volta da cidadania no processo de ensino e aprendizagem os seguintes: saneamento do meio; símbolos nacionais e participação na solução de problemas da comunidade. O grupo afirmou ainda que, embora não constitua matéria de aprendizagem, tem conhecimento do significado da democracia.

Enquanto o segundo grupo de entrevistados (catecúmenos, alunos de escolas dominicais e de madraças), disse que aprende nas suas escolas matérias de carácter religioso. Os entrevistados deram como exemplo, a educação cristã e os princípios que norteiam um cidadão religioso, seja ele maometano ou cristão. Os entrevistados acentuaram ainda que têm como foco de aprendizagem o aspecto moral e a solidariedade que um cristão ou muçulmano deve seguir na sociedade em que vive.

O grupo de jovens já iniciados disse que nos ritos de iniciação, não se tratam abordagens à volta da cidadania.

3. Local de aprendizagem dos temas sobre a cidadania

Os entrevistados afirmaram que das várias abordagens sobre a cidadania, levantadas no *ponto 2*, aprenderam nas escolas onde eles frequentam, nas famílias e nas Igrejas/Mesquitas, este caso para os alunos de escolas dominicais e madraças.

Os entrevistados consideraram que os assuntos sobre cidadania são mais abordados nas escolas e, em segundo plano, na família.

4. Formas de exercício da cidadania

Os entrevistados apresentaram as formas pelas quais exercem a cidadania, como sejam: respeitar os professores; a família; a comunidade e os símbolos nacionais (o hino nacional e a bandeira); recensear-se e votar, prevenir-se de doenças endémicas.

5. Dificuldades encontradas no exercício da cidadania

Segundo os entrevistados, existem algumas dificuldades que obstaculizam o exercício da cidadania entre elas: difícil acesso ao material que falam sobre direitos/deveres dos cidadãos; falta de conhecimento das leis, isto é, falta de uma cultura jurídica e, falta de respeito pelos símbolos nacionais, por não conhecerem o seu significado.

5. Sugestões para ultrapassar as dificuldades

Os entrevistados avançaram as seguintes sugestões para melhorar o exercício da cidadania :

- ✦ o Governo do distrito deveria sensibilizar a população sobre a importância do cumprimento das leis do País e das consequências pela não observância das referidas leis;
- ✦ disponibilizar manuais ou material bibliográfico para promover palestras e seminários sobre a cidadania;
- ✦ sensibilizar os cidadãos com maioridade, para participar activamente na vida política do País, exercendo os seus direitos e deveres.

V. Jornalistas da Rádio Comunitária , Músicos e Actores de Teatro

1. Percepção do conceito de cidadania

De acordo com a percepção deste grupo de entrevistados (Jornalistas, Músicos e Actores de Teatro), a cidadania “*é o conjunto de cidadãos que vivem num País e possuem direitos e deveres, que exercem no âmbito social, cultural e político, para o bem do Estado*”.

Os entrevistados avançaram mais dizendo que a cidadania “*tem a ver com o cidadão que vive num território da sua nacionalidade, com obrigação de cumprir as leis, gozando para o efeito, os seus direitos e com deveres de participar na vida social, política e económica*”.

2. Temas promovidos pelos Jornalistas, Músicos e Actores de Teatro no quadro da cidadania

Este grupo de entrevistados (Jornalistas, Músicos e Actores de Teatro), foi unânime em afirmar que promove os seguintes temas no quadro da cidadania:

- + Sensibilização de cidadãos para participarem na vida política do País, através do exercício do direito de voto;
- + participação na solução de problemas da comunidade;
- + prevenção de doenças endémicas;
- + saneamento do meio;
- + promoção de direitos e deveres dos cidadãos e temas ligados aos símbolos da nação.

Os entrevistados disseram que não fazem parte dos temas de promoção no quadro da cidadania, as abordagens sobre pagamento de impostos, instituições democráticas, justiça e democracia.

3. Dificuldades encontradas na promoção da cidadania

Segundo os entrevistados, existem dificuldades que emperram o processo da promoção da cidadania, nomeadamente: falta de recursos financeiros para desenvolver as actividades dos artistas; falta de quadros qualificados para promover eventos, com o objectivo de esclarecer a importância dos aspectos referentes à cidadania; falta de transporte para a realização de actividades radiofónicas em outras zonas, para além da sede do distrito; falta de motivação de jovens, devido à inquietação do desemprego; exclusão da pessoa portadora de deficiência nos programas da rádio e outros eventos da vila; falta de apoio, por

parte do Governo e/ou de outras instituições, em equipamento e transporte, para que os artistas possam actuar, promovendo os temas sobre a cidadania no seio das populações e, por último, apontaram como dificuldade, o baixo nível de escolaridade das populações, que não facilita a assimilação das matérias à volta da cidadania.

4. Sugestões para ultrapassar as dificuldades

Como forma de ultrapassar as dificuldades, os entrevistados apresentaram diversas sugestões: criar equipas mistas, composta por jornalistas, músicos e actores, para promoverem encontros com as pessoas das regiões recônditas do distrito, com o objectivo de difundir mensagens educativas sobre a cidadania; o Estado devia criar eventos formativos e informativos para todos os cidadãos, em matéria de cidadania; formar quadros qualificados em diferentes áreas para as zonas rurais; incluir nos currículos escolares aspectos relacionados à cidadania; criar mais espaços na rádio que aprofundem os assuntos sobre a cidadania; formar técnicos com qualidade na área de teatro; inculcar a cultura jurídica no seio dos cidadãos, para que tenham a capacidade de saber reclamar quando os seus direitos são violados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos resultados obtidos, leva-nos a concluir que para a construção da cidadania, é necessário que se defina um espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão. A educação não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição. Assim, o estudo identificou os espaços em que se realiza, ou ainda se pode consolidar a promoção da cidadania, sendo da educação formal (escolas oficiais), sejam elas do ensino não-formal (catequese, madraças, escolas dominicais, ritos de iniciação, música e o teatro), para além dos espaços que se encontram nas famílias. Portanto, os espaços identificados no quadro da promoção da cidadania, não são devidamente aproveitados, devido à vários factores ligados a problemas curriculares, professores não qualificados para leccionarem as matérias específicas sobre a cidadania, escassez de material bibliográfico para fazer face às abordagens à volta da cidadania.

O outro factor está relacionado com a transversalidade dos temas sobre a cidadania, não pertencendo a uma área ou disciplina e, para tal, não é definido ao nível do currículo um tempo específico. Este facto influencia não só a educação formal, mas em grande medida a educação não-formal, onde as matérias sobre cidadania não encontram uma integração curricular; referimo-nos, concretamente, das igrejas, madraças, escolas dominicais, ritos de iniciação e outros. Por exemplo, os entrevistados afirmaram que nos ritos de iniciação, não existem espaços onde se façam abordagens de assuntos ligados à cidadania, senão os ensinamentos sobre os modos de vida de um cidadão na comunidade, as formas de convivência na família e no casamento e respeito pelos valores culturais. Contudo, a escola e a família foram consideradas como principais instituições, onde grosso modo, os entrevistados apontaram como local onde aprendem os temas sobre a cidadania, sendo que, o primeira é onde se tem falado com maior frequência. Portanto, a escola ocupa o lugar intermédio entre a família e a vida pública (social e política). Estamos num campo onde se interpenetram as esferas familiares e políticas de responsabilidade, devido à totalidade dos seus objectivos.

Considera-se que a unanimidade em torno do reconhecimento da escola como lugar privilegiado da aprendizagem da cidadania, não se reflecte na formação contínua ou inicial de professores. Porém, pretende-se que os professores dessas escolas sejam formadores de saberes, tenham capacidades e atitudes democráticas, mas a formação desses professores deve ser reduzida no domínio das competências necessárias para o desempenho desse papel.

De uma forma geral, o estudo apurou os seguintes factos:

1. Quanto à percepção do conceito de cidadania pelos alunos do ensino formal e não-formal:

A maioria dos entrevistados conhecem a noção da cidadania. Porém, essa noção de cidadania precisa ser aprofundada, principalmente para os educadores do ensino não-formal e respectivos educandos. A ausência de uma percepção do conceito de cidadania é mais sentida para os alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos de escola dominical e de madraças. Isto demonstra que nos ritos de iniciação, assim como as igrejas, pouco se fala da cidadania.

Desta forma, pode-se concluir que os alunos de educação formal têm um mínimo de conhecimento do conceito e conteúdos sobre cidadania, quando comparados com os educandos do ensino não-formal. Significa isto que os meios religioso e familiar devem condicionar estes conhecimentos, que também são condicionados no ensino formal, na medida em que os temas transversais leccionados no âmbito curricular não se esgotam no ensino formal, mas extensivos aos espaços não-formais.

De uma forma geral, a maioria dos entrevistados conseguiram atingir o alcance da noção de cidadania, como sendo o conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive. Desta forma, os entrevistados conseguem perceber que o conceito de cidadania está fortemente “atrelado” à noção de direitos, especialmente os direitos políticos, que permitem ao indivíduo intervir na gestão da coisa pública, participando de modo directo ou indirecto na formação do governo e na sua administração, seja ao votar, seja ao concorrer a cargo público.

2. Quanto à importância das matérias sobre a cidadania para o desenvolvimento do currículo escolar

Este aspecto teve duas posições: a primeira do ensino formal, cujos entrevistados disseram que as matérias sobre a cidadania são de extrema importância, porque induzem as crianças e jovens a participarem na vida política do País, na pré-disposição que a cidadania é o princípio da liberdade participativa, base da vida política, enquanto lugar em que o homem exerce o poder político. A segunda posição dos Educadores Não-Formais, foi que os temas sobre a cidadania abordados na educação não-formal, isto é, nas igrejas, mesquitas e, nas famílias, são importantes, na medida em que contribuem para

a formação humana de jovens, pautando pela boa conduta na sociedade onde estão inseridos, enveredando pelo respeito dos princípios morais, religiosos e espirituais. Os conhecimentos morais e espirituais ajudam na redução da má conduta indesejada, como criminalidade e outras delinquências. O estudo concluiu também que os ensinamentos da educação não-formal contribuem para o desenvolvimento psíquico, moral e social dos cidadãos. A outra importância é que os cidadãos ganham a consciência da sua participação na vida política do País.

De uma forma geral, o estudo concluiu que os assuntos referentes à cidadania, são importantes para os jovens, na pré-disposição que prepara-os para uma intervenção mais activa e responsável na sociedade civil, o que implica ajudar os jovens a viver uma cidadania no espaço escolar, tarefa que não pode dispensar uma estratégia global de educação para a cidadania. Notar ainda que a importância que o problema da formação dos cidadãos vem assumindo, inscreve-se numa estratégia de alargamento do campo de intervenção da escola e na redefinição do seu papel social.

3. Quanto à relação entre o ensino formal e não-formal e o nível de conhecimento de alunos sobre os seus direitos e deveres

Quanto à esta questão, o estudo apurou que há uma estreita ligação entre o ensino formal e o grau de conhecimento que os cidadãos têm sobre os seus direitos, na medida em que o ensino traz vantagens aos cidadãos, porque dá-lhes a possibilidade de se formarem e de se informarem, permitindo a aquisição de conhecimento sobre os fenómenos que ocorrem nas sociedades, sejam fenómenos políticos, sócio-económicos, ou culturais. Portanto, as instituições democráticas só poderão ser percebidas pelos cidadãos se estes tiverem um mínimo de conhecimento, isto é, se tiverem um nível de escolaridade aceitável, ou melhor, que possam ler e escrever. Assim sendo, o cidadão só poderá exercer plenamente os seus direitos e deveres, caso tenha um mínimo de cultura jurídica, onde possa perceber os direitos que ele tem e os respectivos deveres.

Salientar que os alunos já trazem da família ou da igreja um conhecimento não estruturado de abordagens sobre a cidadania, que é complementado no ensino formal e este reconhece e valoriza o que é aprendido fora dele. O ensino formal, muitas vezes, vem a capitalizar e estruturar o conhecimento que o aluno traz da família ou da igreja, ou mesmo de outros espaços menos formais, tais como os círculos de interesse, encontros juvenis, clubes, entre outros agrupamentos.

4. Quanto às formas de contribuição do ensino formal e não-formal para uma participação activa de jovens estudantes na vida política e social do País

O estudo concluiu que os ensinamentos formal e não-formal contribuem, de certa forma, para que os jovens possam participar activamente na vida política e social do País. Certamente, a educação vai-se configurando, como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação, ora como um dos mecanismos para controlar e medir o grau de liberdade, da racionalidade dos homens na sociedade. Educação pode ser encarada como o “remédio”, capaz de tornar cidadãos livres, como de controlar a liberdade dos cidadãos. Contudo, pode-se admitir que da educação se espere a possibilidade de configurar os jovens para o novo mercado económico, social e político. Portanto, os jovens só serão somente reconhecidos aptos a participar como sujeitos social e político quando tiver vencido a ignorância, se tiverem aprendido a nova racionalidade.

Os educadores não-formais admitiram que o reconhecimento da dignidade da pessoa humana, parte necessariamente dos ensinamentos morais e espirituais. Estes ensinamentos versados pelos princípios religiosos, fazem com que o homem viva de uma forma harmoniosa com os seus semelhantes, não pautando pela violência, respeitando os princípios da igualdade e pelos mandamentos da Lei de Deus. Assim, o jovem será digno para participar na vida política e social do País.

5. Quanto às formas de promoção, exercício da cidadania e respectivas dificuldades

O ajudou apurou que constituem dificuldades de exercício e promoção da cidadania, a falta de percepção dos conceitos ligados a cidadania, pelo facto de estas matérias não constituírem parte integrante do currículo, mas leccionadas sob forma de temas transversais. Outra dificuldade, reside na falta de domínio dos conceitos relacionados com a cidadania, pese embora, os entrevistados apontem a participação do voto, direitos e deveres dos cidadãos, participação na solução de problemas da comunidade, prevenção de doenças endémicas e símbolos da nação moçambicana. Os menos destacados, como fazendo parte dos temas relacionados com a cidadania, foram os seguintes: pagamento de imposto, instituições democráticas, justiça e democracia. Contudo, o estudo concluiu que os entrevistados praticam aqueles diversos actos ligados à cidadania. Porém, praticam sem perceberem que estão em pleno exercício da cidadania. Dai a existência de dificuldades no exercício da cidadania, que se circunscreve na ignorância.

O estudo apontou a falta de exigência de práticas escolares que favoreçam um equilíbrio entre o desenvolvimento do sentido de pertença comunitária, condicionante da participação no processo democrático e no bem público e do sentido crítico, como um dos entraves no exercício da cidadania sem o qual a qualidade da vida comunitária resulta empobrecida pelo conformismo. Foram apontadas também como dificuldades no âmbito de promoção da cidadania, a falta de integração, nos *currículos* escolares, disciplinas específicas, a qualquer nível do currículo, com tempo, objetivos e conteúdos de formação para a cidadania.

RECOMENDAÇÕES

i) Proporcionar a formação de professores, tendo em conta a análise das dimensões e conceitos que atravessam a educação para a cidadania e que estão na base da sua operacionalização pedagógica, numa tentativa de encontrar uma linguagem comum facilitadora do entendimento e de formação de professores em matérias específicas à volta da cidadania. Porém, na abordagem das matérias sobre a cidadania, devem ser consideradas duas componentes: *ético-moral* e *sócio-política*, embora fortemente interligadas, aglutinam áreas temáticas essenciais ao acolhimento escolar da formação para a cidadania. Assim, na componente *ético-moral*, consideram-se os conteúdos relacionados com o desenvolvimento da *responsabilidade social e moral* e que enfatizam a *formação do cidadão como agente moral*. Na componente *sócio-política*, incluem-se os conteúdos relacionados com a *participação na comunidade* e a *literacia política*.

ii) A componente *ético-moral* oferece, igualmente, uma ampla justificação para o lugar que os *Direitos do Homem* devem ocupar na formação dos cidadãos. Não apenas porque os Direitos Humanos constituam um dos temas maiores do debate ético e político, mas porque fornecem um critério, quer para a elaboração de programas políticos, quer para a organização da comunidade. Os valores fundamentais do Estado moderno referem-se aos Direitos do Homem consagrados nos documentos internacionais, considerando-os fontes de Direito nas democracias modernas.

iii) Os Direitos do Homem são os direitos fundamentais, que repousam na universalidade de certos princípios éticos como a liberdade, a igualdade e o respeito pela pessoa. Em termos educativos, estamos perante uma noção que sugere a abertura a outras culturas e o respeito pelas diferenças, sem conduzir à negação das identidades. Enquanto universais, os Direitos do Homem, sem negar a riqueza da diversidade, definem princípios que permitem julgar as culturas, funcionando, assim, como um antídoto para o relativismo.

iv) No processo de acolhimento escolar da educação para a cidadania, devem ser observadas três dimensões de aprendizagem: a responsabilidade social e moral, a participação na comunidade e a literacia política. A operacionalização pedagógica das diferentes dimensões da educação para a cidadania, resulta da conjugação dos três domínios no chamado triângulo da cidadania. Na base do triângulo, encontramos os domínios cognitivo e afectivo entre os quais se estabelece uma relação de interdependência. No domínio cognitivo, devem ser descritos objectivos específicos ligados à compreensão de

direitos e deveres, ao desenvolvimento do raciocínio moral, à reflexão crítica, à transmissão e à consciência dos valores. No domínio afectivo, devem ser apontados os objectivos específicos ligados ao desenvolvimento da auto-estima, dos sentimentos de identidade e lealdade, assim como as atitudes perante os outros e as comunidades de pertença. Os dois domínios convergem para o domínio da acção, isto é, do comportamento e da expressão. Este terceiro domínio, deverá ser considerado especificamente a concretização dos valores e das competências em comportamentos, o que se traduzirá no exercício da responsabilidade pessoal, no confronto com as situações e problemas da vida social e política. É só se atingirá uma perspectiva pedagógica que, tendo em vista a formação moral e cívica dos públicos escolares, integre a aquisição de conhecimentos, competências e valores, num contexto de desenvolvimento dos domínios cognitivo, afectivo e comportamental;

v) Mobilizar os mais jovens, para a tarefa de encontro de sentido, num mundo livre e com as maiores possibilidades, mas que reclama, para se aperfeiçoar, solidariedades voluntárias e responsabilidades individuais. Trata-se de enfrentar o declínio da coesão social ditado pelo individualismo crescente e pela fragmentação da sociedade que ameaçam a cooperação e a confiança que são o suporte de qualquer comunidade.

vi) É fundamental dar importância ao gosto pelos hábitos de discussão, característica da comunidade política em democracia, pela busca constante de informação e pela obtenção de consensos, comportamentos essenciais à formação de cidadãos activos;

vii) A educação para a cidadania deve ter lugar na educação não-formal e, por conseguinte, em todas as idades, assegurando a transição progressiva para uma vida activa no domínio público;

viii) Os modelos de abordagem da educação para a cidadania, deveriam ser direccionados para os domínios como a *educação para os valores*, o *desenvolvimento do raciocínio moral* e das *atitudes democráticas*. O desenvolvimento destes domínios atravessa uma formação empenhada no exercício de uma cidadania responsável;

ix) É preciso reconhecer que o fundamento ético da realidade dos direitos e deveres que o estatuto de cidadania encerra, abre um vasto campo de potencialidades no desenvolvimento da autonomia, criatividade, iniciativa e ajuda interpessoal. A educação para a cidadania deve aproveitar essas potencialidades de desenvolvimento moral e reflectir sobre o respeito, a tolerância, a justiça, a solidariedade, o amor ao trabalho e à liberdade, aspectos essenciais do “aprender a viver juntos”.

BIBLIOGRAFIA

- ✦ ANDRADE, Maria Margarida de. Como Prepara Trabalhos para Cursos de Pós – Graduação: Noções Práticas. 4ª Edição – São Paulo: Atlas, 2001.
- ✦ BARROS, Aidil de Jesus Paes et al. Projecto de Pesquisa: Propostas metodológicas. 14ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- ✦ BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979
- ✦ BELL, Judith. Como realizar um projecto de Investigação. Trajectos. Lisboa: Gradiva. 2002.
- ✦ CAETANO, Marcello. Manual de Ciência Política e Direito Constitucional. Tomo I, 6ª Edição. Almedina Coimbra , 2003
- ✦ FÁVERO, O. Tipologia da educação extra-escolar. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1980.
- ✦ GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro sector. São Paulo: Cortez, 1999.
- ✦ Henriques, António Mendo et all. Educação para a Cidadania: Cursos Gerais e Cursos Tecnológicos. 1ª Edição. Lisboa. Prodep, 2000.
- ✦ LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para quê? 3ª Edição. São Paulo. Editora Cortez. 2002
- ✦ MARCONI e LAKATOS. Técnicas de Pesquisa. 5ª Edição. S. Paulo. 2002
- ✦ MOÇAMBIQUE, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, INDE: Plano Curricular do Ensino Básico. Maputo, 2008
- ✦ MOÇAMBIQUE, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, INDE: Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG), Maputo, 2007
- ✦ PINSKY, Jaime (2003). História da Cidadania. São Paulo: Editora Contexto.
- ✦ RICHARDSON, Roberto Jarry et all. (2003). Pesquisa Social. Métodos e Técnicas. 3ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. 1999
- ✦ SINGLETON, Jr. Royce et al. Aproxes to social research. New York. Oxford University Press, 1970.

APÊNDICE



CEPKA
Centro de Pesquisa
Konrad
-Adenauer-

PESQUISA SOBRE ESPAÇOS DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA MOÇAMBICANA NA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

CASO DA PROVÍNCIA DE NAMPULA

Formlário de Entrevistas(1)

Destinatários; Directores Adjuntos da Direcção Provincial de Educação e Cultura, Directores de Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia, Professores e Alfabetizadores.

As perguntas abaixo formuladas servem de guião para que os entrevistadores saibam o que vão procurar saber junto dos entrevistados, podem ser feitas numa forma aberta, servindo os exemplos para aclarar em casos de dúvidas, evitando-se, para todos os casos o lançamento de perguntas sugestivas, mas há itens que são obrigados mencionar ao entrevistado.

Os entrevistadores poderão aclarar as perguntas, usando exemplos apresentados, de acordo com o nível de compreensão do entrevistado e a anotação de respostas pode ser feita, simplesmente fazendo frases ou assinalando com “x” a(s) alternativa(s) que o entrevistado disser.

Dados do(a) Entrevistado(a)

Nome do entrevistado (opcional) _____

Local de entrevista _____

Ocupação: _____

1. O que entende por cidadania?

2. Quais os temas abaixo mencionados fazem parte do currículo escolar?

- a) Unidade nacional ()
- b) Símbolos nacionais ()
- c) Participação na vida política ()
- d) Justiça e democracia ()
- e) Liderança comunitária ()
- f) Desenvolvimento comunitário ()
- g) Meio ambiente ()
- h) Instituições democráticas ()

3. Até que ponto esses assuntos são importantes para o desenvolvimento curricular? _____

4. Quais as disciplinas que têm conteúdos de cidadania e em que níveis são abordados esses temas? _____

EP1

EP2

ESG1

ESG2

5. Na sua opinião, existe algum domínio dos conceitos ligados à cidadania por parte dos alunos? _____

6. Na sua opinião, existe alguma relação entre o ensino formal e o nível de conhecimento que os alunos têm sobre o conhecimento dos seus direitos e deveres? _____

7. De que forma o ensino formal contribui para que os jovens possam participar activamente na vida política e social do país? _____

8. Que dificuldades existem no sistema de educação formal para promover a cidadania? _____

9. Quais são as suas sugestões para ultrapassar essas dificuldades? _____

Muito Obrigado

O inquiridor

Formulário de Entrevistas (2)

Destinatários: Estudantes do Ensino Formal

Dados do Entrevistado

Nome do entrevistado (opcional) _____

Local de entrevista _____

Ocupação: _____

1. O que entende por cidadania?

2. Quais dos assuntos abaixo mencionados já aprendeu?

- a) Participação no voto ()
- b) Pagamento de impostos ()
- c) Saneamento do meio ()
- d) Direitos e deveres dos cidadãos ()
- e) Participação na solução dos problemas da comunidade ()
- f) Prevenção de doenças endémicas ()
- g) Símbolos da nação moçambicana ()
- h) Instituições democráticas ()
- i) Justiça e democracia ()

3. Onde é que aprendeu estes temas?

- a) Na Escola ()
- b) Na família ()
- c) Na Igreja/Mesquita ()
- d) Nos ritos de iniciação ()
- e) Nos eventos culturais ()

4. De que forma exerce a cidadania? _____

5. Que dificuldades encontra no exercício da cidadania? _____

6. Que sugestões pode dar para o melhoramento do exercício da cidadania? _____

Muito Obrigado

O inquiridor

Formulário de Entrevistas (3)

Destinatários: Educadores não-Formais

Dados do Entrevistado:

Nome do entrevistado (opcional)- _____

Local de entrevista _____

Função _____

1. O que entende por cidadania? _____

2. Quais dos assuntos abaixo mencionados fazem parte dos vossos ensinamentos na igreja/madração/ritos de iniciação?

- a) Participação no voto ()
- b) Pagamento de impostos ()
- c) Saneamento do meio ()
- d) Direitos e deveres dos cidadãos ()
- e) Participação na solução dos problemas da comunidade ()
- f) Prevenção de doenças endémicas ()
- g) Símbolos da nação moçambicana ()
- h) Instituições democráticas ()
- i) Justiça e democracia ()

3. Acha que esses assuntos são importantes para o(a)s jovens que entram na igreja/madração/ritos de iniciação para aprender ou aprendem em casa? _____

4 De que forma o ensino que dá contribui para que os jovens possam participar activamente na vida política e social do país? _____

5. Que dificuldades existem no sistema de educação em que ensina (não formal) para promover a cidadania? _____

6. Quais são as suas sugestões para ultrapassar essas dificuldades? _____

Muito Obrigado

O inquiridor

Formulário de Entrevistas (4)

Destinatários: Alfabetizandos, adolescentes e jovens já iniciados, catecúmenos, alunos da escola dominical e das madraças

Dados do Entrevistado

Nome do entrevistado (opcional) _____

Local de entrevista _____

Função _____

1. O que entende por cidadania? _____

2. Quais dos assuntos abaixo mencionados já aprendeu?

- a) Participação no voto ()
- b) Pagamento de impostos ()
- c) Saneamento do meio ()
- d) Direitos e deveres dos cidadãos ()
- e) Participação na solução dos problemas da comunidade ()
- f) Prevenção de doenças endémicas ()
- g) Símbolos da nação moçambicana ()

- h) Instituições democráticas ()
- i) Justiça e democracia ()

3. Onde é que aprendeu estes assuntos? Dentre esses locais onde se fala mais?

- a) Na Escola ()
- b) Na família ()
- c) Na Igreja/Mesquita ()
- d) Nos ritos de iniciação ()
- e) Seminário ()
- f) Nos eventos culturais ()

4. De que forma exerce a cidadania? _____

5. Que dificuldades encontra no exercício da cidadania? _____

6. Que sugestões pode dar para o melhoramento do exercício da cidadania? _____

Muito Obrigado
O inquiridor

Formulário de Entrevistas (5)

Destinatário: Jornalistas, músicos e actores de Teatro.

Dados do Entrevistado

Nome do entrevistado (opcional) _____

Local de entrevista _____

Função _____

1. O que entende por cidadania? _____

2. Dos assuntos abaixo mencionados quais os que mais promove?

- a) Participação no voto ()
- b) Pagamento de impostos ()
- c) Saneamento do meio ()
- d) Direitos e deveres dos cidadãos ()
- e) Participação na solução dos problemas da comunidade ()
- f) Prevenção de doenças endémicas ()
- g) Símbolos da nação moçambicana ()
- h) Instituições democráticas ()
- i) Justiça e democracia ()

3. Que dificuldades encontra no processo de promoção da cidadania? _____

4. Que sugestões pode dar para o melhoramento da promoção da cidadania? _____

Muito Obrigado

O inquiridor
